

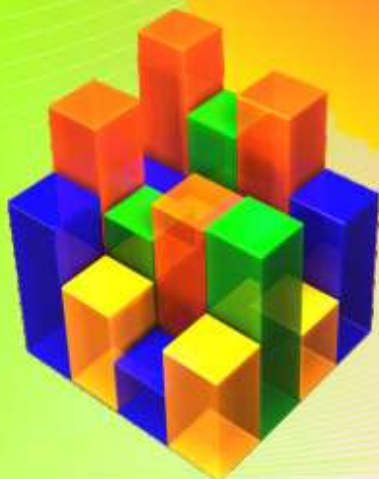


GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

2º Trimestre de 2018



Fortaleza – Ceará
Setembro de 2018

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho – Vice-Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretor de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretor de Estudos Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

IPECE Conjuntura – 2º Trimestre de 2018

Volume 7 – Nº 2 – Junho/2018

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Elaboração:

Adriano Sarquis (Coordenação Geral)

Daniel Suliano (Coordenação Técnica)

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Nicolino Trompieri Neto

Paulo Pontes

Rogério Barbosa Soares

Witalo de Lima Paiva

Colaboração:

Heitor Gabriel Silva Monteiro (Estagiário)

Lilian de Sousa Pereira (Estagiário)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) –
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -

Cambeba | Cep: 60.822-325 |

Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521

<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o IPECE Conjuntura

O IPECE CONJUNTURA é uma publicação trimestral da Conjuntura Econômica Cearense em que são apresentadas análises do cenário econômico internacional e nacional, os quais servem para fundamentar a reflexão sobre o desempenho da atividade econômica do Ceará.

O Boletim contempla uma série de seções envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo conjuntural da economia cearense a partir das três grandes atividades: agropecuária, indústria e serviços.

O Mercado de Trabalho tem como base a PNAD contínua do IBGE e a evolução do emprego formal a partir dos dados do Ministério do Trabalho (MTb). Comércio Exterior e Finanças Públicas são outros dois temas também contemplados no documento.

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

1. PANORAMA INTERNACIONAL E ECONOMIA BRASILEIRA, 4

1.1. Estimativas de Crescimento Econômico Mundial, 4

1.2. Economia Brasileira e Produto Interno Bruto, 5

1.3. Inflação, 8

2. ATIVIDADE ECONÔMICA CEARENSE, 10

2.1. Produto Interno Bruto, 10

2.2. Agropecuária, 11

2.3. Indústria, 17

2.4. Serviços, 22

2.4.1 Pesquisa Mensal dos Serviços, 22

2.4.2 Comércio Varejista, 26

3. MERCADO DE TRABALHO, 32

3.1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 32

3.2. Emprego Formal, 34

4. COMÉRCIO EXTERIOR, 42

5. FINANÇAS PÚBLICAS, 48

6. CONSIDERAÇÕES GERAIS, 52

IPECE Conjuntura / Instituto de Pesquisa e Estratégia
Econômica do Ceará (IPECE). – Fortaleza, CEARÁ.
ISSN 2357-7789

Economia Brasileira. Economia Cearense. Indústria.
Mercado de Trabalho. Finanças Públicas.

Fortaleza – Ceará

SUMÁRIO EXECUTIVO

- O crescimento da economia mundial para o ano de 2018 apresenta uma estimativa de 3,9%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do World Economic Outlook Update de abril de 2018. Essa estimativa vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, com destaque para a economia americana, dado a atual política fiscal expansionista associada a um mercado de trabalho em pleno emprego;
- Na economia nacional, no segundo trimestre de 2018, o PIB do Brasil registrou crescimento de 1,0% em relação ao segundo trimestre de 2017. No resultado do acumulado do ano, referente ao primeiro semestre de 2018, em comparação com o primeiro semestre de 2017, verifica-se um crescimento de 1,1%. Em relação ao acumulado nos últimos quatro trimestres, registra-se um crescimento de 1,4%;
- Com relação à economia cearense, no segundo trimestre de 2018 com relação ao mesmo período de 2017, a economia cearense apresentou um crescimento de 0,17%. No resultado do acumulado do ano, no qual refere-se ao primeiro semestre de 2018, observa-se um crescimento de 0,83%, enquanto que no acumulado de últimos quatro trimestres verifica-se um crescimento de 2,18%;
- No setor agropecuário, as atividades agrícolas apresentam boas expectativas para o ano de 2018, conforme dados da LSPA, porém as atividades pecuárias, a destacar bovino e galináceos, indicam quedas, arrefecendo assim o desempenho do setor agropecuário para o ano. Para o segundo trimestre de 2018 o resultado do setor agropecuário ainda apresentou-se com leve queda, comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Após quatro trimestres seguidos de expansão, a produção física da indústria de transformação cearense registrou retração no segundo trimestre de 2018. Entre os meses de abril a junho, a produção da atividade diminuiu 2,9% na comparação com igual período do ano anterior;
- Destaca-se que desde o quarto trimestre de 2014, quando houve crescimento de 5,9%, que os serviços empresariais não-financeiros da PMS não registra desempenho positivo;
- No tocante ao varejo comum cearense, este registrou crescimento trimestral pela quarta vez consecutiva, com trajetória ascendente dessa taxa conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE. No primeiro trimestre de 2018, o varejo local apresentou crescimento de 3,5%, repetindo esse desempenho no segundo trimestre do mesmo ano, ambos comparados ao mesmo período do ano anterior. Em relação as vendas do varejo ampliado, ocorreu duas altas trimestrais consecutivas de 4,4% e 3,9%;
- No âmbito do mercado de trabalho, dados da PNADC Contínua revelam que após ter atingindo a máxima na série histórica no primeiro trimestre de 2017, a Taxa de Desocupação do Ceará seguiu uma tendência declinante ao longo de 2017. No primeiro trimestre do ano o desemprego no Ceará, em razão de fatores sazonais, voltou a subir, vindo a recuar novamente neste segundo trimestre de 2018;
- Com relação aos postos de trabalho celetista, dados da CAGED do Ministério do Trabalho revelam que o estado do Ceará apresentou um comportamento de recuperação no mercado formal de trabalho, ao gerar vagas tanto no acumulado do primeiro trimestre de 2018 (3.363 vagas), e mais ainda no acumulado do segundo trimestre do ano (6.230 vagas), revelando uma dinâmica de criação mais robusta no último período;
- No comércio exterior, a pauta de exportação cearense no segundo trimestre de 2018 continuou sendo liderada pelos *produtos metalúrgicos*, participando com 60,32% do valor total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ de 323,6 milhões. Em comparação com o mesmo período de 2017, houve crescimento de 51,3% do valor exportado desse segmento;
- No aspecto das finanças públicas estaduais, as receitas de ICMS, no segundo trimestre de 2018, foram 1,4% inferiores as observadas um ano antes. Parte desse desempenho deve-se ao REFIS que foi lançado em junho de 2017 e a paralisação nacional dos caminhoneiros em maio de 2018.

1 PANORAMA INTERNACIONAL E ECONOMIA BRASILEIRA

1.1 Estimativas de Crescimento Econômico Mundial

O crescimento da economia mundial para o ano de 2018 apresenta uma estimativa de 3,9%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do World Economic Outlook Update de abril de 2018. Essa estimativa vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, com destaque para a economia americana, dado a atual política fiscal expansionista associada a um mercado de trabalho em pleno emprego.

Nesses termos, o crescimento do PIB americano no segundo trimestre de 2018, com relação ao mesmo período de 2017, foi de 2,9%, sendo um crescimento superior ao registrado no segundo trimestre de 2017 (2,1%), com relação ao mesmo período de 2016. O bom desempenho da economia americana é explicado pelo aumento do investimento privado em decorrência da política de redução dos impostos sobre o lado da produção, bem como o crescimento do consumo das famílias, no qual tem sido sustentado principalmente pela alta confiança do consumidor sobre o futuro da economia e os baixos custos de financiamento do crédito. O Federal Reserve aumentou sua meta de taxa de juros para 1,5-1,75%. Com uma taxa de desemprego em torno de 4%, abaixo de sua previsão de longo prazo, e a inflação caminhando recentemente para 2-2,5%, o Fed provavelmente continuará aumentando as taxas de juros. A taxa básica de juros deverá atingir 2-2,5% no final de 2018 e 2,5-3% até o final de 2019.

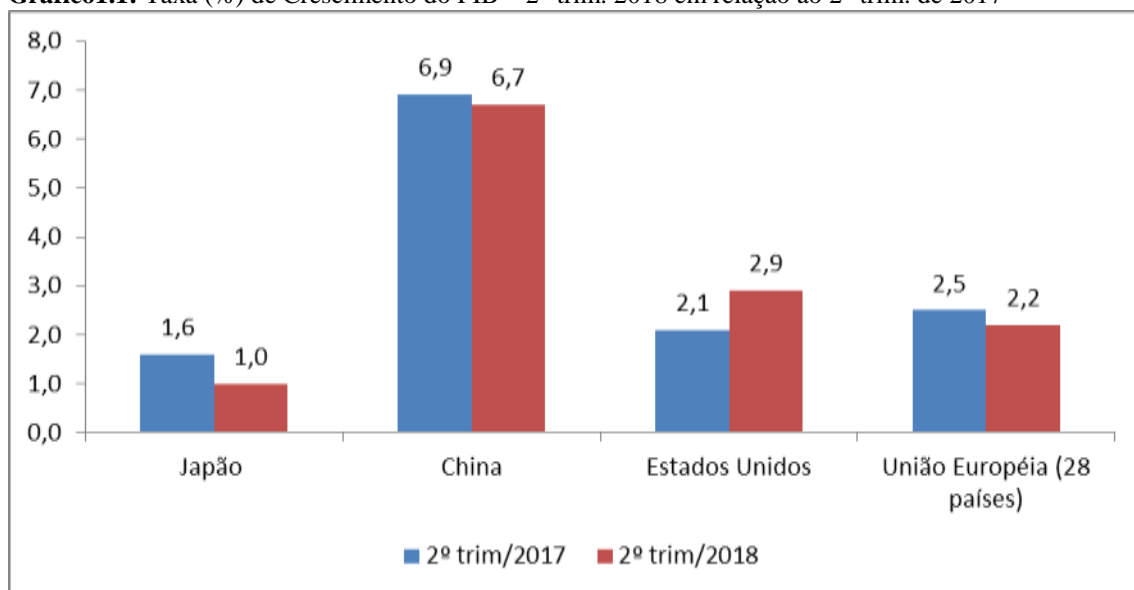
Por sua vez, a União Européia apresentou no segundo trimestre de 2018 com relação ao mesmo período de 2017, um crescimento de 2,2%, em um ritmo de crescimento inferior ao registrado em 2017 (2,5%) para o mesmo período de comparação. Alemanha, França e Itália foram os destaques de crescimento no segundo trimestre de 2018. O investimento e as exportações da União Européia explicam esse bom desempenho. O investimento deverá crescer 2,9-4,7% em 2018. Já o crescimento do consumo das famílias deverá continuar a um ritmo mais lento de 1,4-2% em 2018. O Banco Central Europeu prevê uma inflação abaixo de 2,0% em 2018, sendo que a taxa de refinanciamento, que determina o custo de crédito na economia, permanece inalterada em 0,0%, sem expectativa de mudança para o ano de 2018, enquanto que a taxa de empréstimo overnight para bancos permanece em 0,25%.

Adicionalmente, a economia da China apresentou um crescimento de 6,7% no segundo trimestre de 2018, com relação ao mesmo período de 2017, sendo um resultado um pouco inferior ao registrado no segundo trimestre de 2017 (6,9%). Este resultado é explicado principalmente pelos aumentos nas vendas no varejo e das exportações, apesar de uma recente

batalha comercial com os Estados Unidos ameaçar o crescimento do volume de comércio exterior chinês para os próximos trimestres.

Finalmente, a economia japonesa apresentou no segundo trimestre de 2018, em relação ao mesmo trimestre de 2017, um crescimento de 1,0%, resultado este inferior para o mesmo período de 2017, onde verificou-se um valor de 1,6%. Este desempenho é explicado pelos aumentos do consumo das famílias e do investimento em capital fixo das empresas.

Gráfico1.1: Taxa (%) de Crescimento do PIB – 2º trim. 2018 em relação ao 2º trim. de 2017



Fonte: OECD. Elaboração: IPECE.

1.2 Economia Brasileira e Produto Interno Bruto

No segundo trimestre de 2018, o PIB do Brasil registrou crescimento de 1,0% em relação ao segundo trimestre de 2017. (Tabela 1.1). No resultado do acumulado do ano, referente ao primeiro semestre de 2018, em comparação com o primeiro semestre de 2017, verifica-se um crescimento de 1,1%. Em relação ao acumulado nos últimos quatro trimestres, registra-se um crescimento de 1,4%.

Tabela 1.1: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil – 2º trim. 2017 a 2º trim. 2018 (*)

Setores e Atividades	2º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim
	2017 (**)	2018 (**)	2018 (**)		(***)
Agropecuária	14,8	-2,6	-0,4	-1,6	2,0
Indústria	-1,9	1,6	1,2	1,4	1,4
Extrativa Mineral	6,0	-1,9	0,6	-0,6	0,3
Transformação	-0,9	4,0	1,8	2,8	3,5
Construção Civil	-7,1	-2,2	-1,1	-1,7	-2,4
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-0,5	0,6	3,1	1,9	1,0
Serviços	-0,2	1,5	1,2	1,4	1,4
Comércio	1,0	4,5	1,9	3,2	3,7
Transportes	-0,5	2,8	1,1	1,9	2,5
Intermediação Financeira	-1,7	0,1	0,6	0,3	0,3
Administração Pública (APU)	-1,2	0,6	0,5	0,5	0,1
Outros Serviços	0,7	0,9	0,9	0,9	1,0
Valor Adicionado (VA)	0,5	0,9	1,0	0,9	1,3
Produto Interno Bruto (PIB)	0,4	1,2	1,0	1,1	1,4

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Dentre as atividades que compõem a geração do Valor Adicionado no segundo trimestre de 2018 em relação a igual período do ano anterior, a Agropecuária apresentou uma queda de 0,4%. Este resultado pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho de alguns produtos que possuem safra relevante no segundo trimestre e pela produtividade, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). As seguintes culturas apontaram queda na estimativa de produção anual e ganho de produtividade: milho (-16,7%), arroz (-7,3%) e mandioca (-3,2%). Por outro lado, as culturas que mais se destacaram positivamente foram: soja (1,2%), café (23,6%) e algodão (24,5%).

No setor da Indústria, a de Transformação cresceu 1,8%, influenciada, principalmente, pela alta da produção veículos; equipamentos de informática; derivados do petróleo; bebidas; metalurgia; máquinas e equipamentos e móveis. A Construção Civil segue com resultados negativos (-1,1%) na comparação contra igual período de 2017. Na direção oposta, as indústrias extrativas cresceram 0,6%, resultado do recuo da extração de petróleo e de gás natural, compensada pelo aumento da extração de minérios ferrosos. A atividade de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos, por sua vez, cresceu 3,1%, favorecida pela alta do consumo de energia elétrica.

Nas atividades que compõem os Serviços, destaque para o avanço de 3,0% das Atividades Imobiliárias. Também apresentaram resultados positivos Comércio – atacadista e varejista – (1,9%), Transporte, Armazenagem e Correio (1,1%), Outras Atividades de Serviços (0,9%), Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados (0,6%), Administração, Defesa, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social (0,5%) e Informação e Comunicação (0,4%).

Tabela 1.2: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior – Brasil – 2º Trim. 2017 a 2º Trim. 2018 (*)

Setores e Atividades	2º Trim. 2017(**)	1º Trim. 2018(**)	2º Trim. 2018(**)
Agropecuária	-2,5	1,3	0,0
Indústria	-0,3	0,1	-0,6
Extrativa Mineral	-0,4	0,4	0,4
Transformação	1,0	-0,4	-0,8
Construção Civil	-2,0	-0,4	-0,8
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-1,9	2,3	0,7
Serviços	0,7	0,1	0,3
Comércio	2,2	0,1	-0,3
Transportes	1,3	0,6	-1,4
Intermediação Financeira	0,3	-0,2	0,7
Administração Pública (APU)	-0,1	0,1	-0,2
Outros Serviços	0,8	0,6	0,7
Valor Adicionado (VA)	0,1	0,4	0,1
Produto Interno Bruto (PIB)	0,4	0,1	0,2

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação ao período imediatamente anterior;

Na comparação do segundo trimestre de 2018 em relação ao primeiro trimestre de 2018, trabalhando-se com as séries dessazonalizadas, o PIB do Brasil apresentou crescimento de 0,2%. (Tabela 1.2), repetindo o desempenho positivo registrado no primeiro trimestre de 2017 (0,1%).

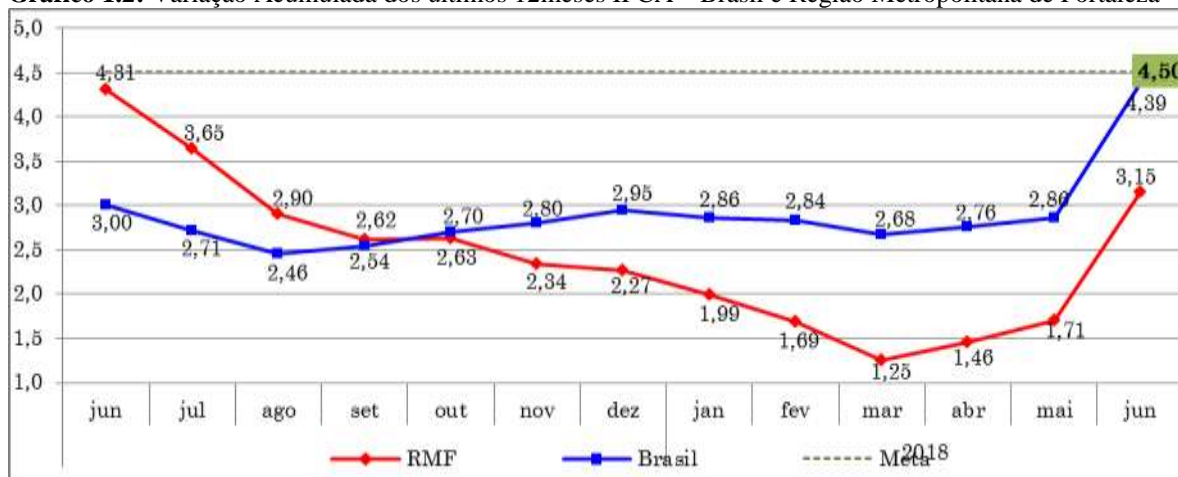
Em relação aos setores da economia brasileira, a Agropecuária apresentou crescimento nulo, a Indústria apresentou uma queda de 0,6% e o setor de Serviços cresceu 0,3%. Na Indústria, houve expansão apenas na atividade Extrativista Mineral (0,4%). Nos Serviços, as atividades que apresentaram resultados positivos foram: Intermediação Financeira (0,7%) e Outros Serviços (0,7%). Enquanto que as atividades que apresentaram quedas foram: Comércio (-0,3%), Transportes (-1,4%) e Administração Pública (-0,2%).

1.3 Inflação

O Gráfico 1.2 apresenta a inflação acumulada dos últimos doze meses para o Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) de junho de 2017 a junho de 2018. Como pode ser observado, no IPCA nacional o acumulado dos últimos 12 meses acelerou fortemente tendo atingido 4,39%; na RMF, ele saltou de 1,71% até maio, para 3,15% em junho.

O comunicado de junho de 2018 do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) destacou que a paralisação no setor de transporte de cargas no mês de maio dificulta a leitura da evolução recente da atividade econômica. Dados referentes ao mês de abril sugerem atividade mais consistente que nos meses anteriores. Entretanto, indicadores referentes a maio e, possivelmente, junho deverão refletir os efeitos da referida paralisação. O cenário básico contempla continuidade do processo de recuperação da economia brasileira, em ritmo mais gradual.

Gráfico 1.2: Variação Acumulada dos últimos 12 meses IPCA – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

Foi também destacado no comunicado que no curto prazo a inflação deverá refletir os efeitos altistas significativos e temporários da paralisação no setor de transporte de cargas e de outros ajustes de preços relativos. As medidas de inflação subjacente ainda seguem em níveis baixos, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária.

Deve-se também ressaltar que os choques que produzam ajustes de preços relativos devem ser combatidos apenas no impacto secundário que poderão ter na inflação prospectiva. É por meio desses efeitos secundários que esses choques podem afetar as projeções e expectativas de inflação e alterar o balanço de riscos. Esses efeitos podem ser mitigados pelo

grau de ociosidade na economia e pelas expectativas de inflação ancoradas nas metas. Portanto, não há relação mecânica entre choques recentes e a política monetária.

Finalmente, o Copom reitera que a conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, pela manutenção da taxa básica de juros em 6,50% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e balanço de riscos para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui os anos-calendário de 2018 e, principalmente, de 2019.

2 ATIVIDADE ECONÔMICA CEARENSE

2.1 Produto Interno Bruto

No segundo trimestre de 2018 com relação ao mesmo período de 2017, a economia cearense apresentou um crescimento de 0,17%. (Tabela 2.1). No resultado do acumulado do ano, no qual refere-se ao primeiro semestre de 2018, observa-se um crescimento de 0,83%, enquanto que no acumulado de últimos quatro trimestres verifica-se um crescimento de 2,18%.

Tabela 2.1: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Ceará – 2º trim. 2017 a 2º trim. 2018 (*)

Setores e Atividades	2º Trim. 2017 (**)	1º Trim. 2018 (**)	2º Trim. 2018 (**)	Acumulad o no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	56,44	25,78	-11,20	0,59	14,47
Indústria	-2,55	-0,99	-1,97	-1,48	-0,03
Extrativa Mineral	-21,06	-11,45	-0,88	-6,15	-12,72
Transformação	3,52	3,66	-3,87	-0,18	1,93
Construção Civil	-9,46	-6,13	-1,64	-3,92	-1,77
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	1,22	1,29	2,67	1,97	0,86
Serviços	0,36	0,74	1,69	1,22	1,89
Comércio	1,07	2,95	7,05	5,02	5,63
Alojamento e Alimentação	-2,00	0,73	1,16	0,95	0,62
Transportes	-2,08	-2,15	0,03	-1,06	0,43
Intermediação Financeira	-1,15	0,49	1,63	1,07	2,02
Administração Pública	1,90	0,06	-0,77	-0,36	0,14
Outros Serviços	-1,08	-0,06	-0,36	-0,21	-0,60
Valor Adicionado (VA)	2,29	1,60	0,04	0,80	2,22
Produto Interno Bruto (PIB)	2,10	1,52	0,17	0,83	2,18

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do segundo trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017, a Agropecuária apresentou uma queda crescimento de 11,20%, sendo explicado principalmente pela alta base de comparação registrada no segundo trimestre de 2017 (56,44%). Para o mesmo período de análise, a Indústria apresentou uma queda de 1,97%, enquanto que o setor de serviços foi o destaque com um crescimento de 1,89%.

Tabela 2.2: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior – Ceará – 2º trim. 2017 a 2º trim. 2018 (*)

Setores e Atividades	2º Trim. 2017(**)	1º Trim. 2018(**)	2º Trim. 2018(**)
Agropecuária	33,71	3,59	-4,38
Indústria	-1,34	-0,96	-2,37
Extrativa Mineral	-3,92	-4,08	6,79
Transformação	3,91	-0,06	-3,48
Construção Civil	-6,49	-2,63	-1,52
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	0,20	2,99	1,27
Serviços	-0,37	0,28	0,56
Comércio	-1,77	1,10	2,16
Alojamento e Alimentação	-0,16	0,08	0,32
Transportes	-0,51	-1,83	1,56
Intermediação Financeira	-0,34	-1,30	0,86
Administração Pública	0,68	0,73	-0,18
Outros Serviços	0,95	-0,73	0,56
Valor Adicionado (VA)	1,18	0,04	-0,38
Produto Interno Bruto (PIB)	1,08	0,09	-0,28

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação ao período imediatamente anterior.

A Tabela 2.2 apresenta a análise das séries dessazonalizadas para a economia do Ceará. Na comparação do segundo trimestre de 2018 em relação ao primeiro trimestre de 2018, o PIB do Ceará apresentou um recuo de 0,28%.

Na análise dos setores da economia cearense, a Agropecuária apresentou uma queda de 4,38%, a Indústria caiu 2,37% e o setor de Serviços registrou um crescimento de 0,56%. Na Indústria, os destaques positivos foram os crescimentos de 6,79% na indústria extrativista mineral e de 1,27% no SIUP. Já para o setor de Serviços, os destaques foram Comércio (2,16%), alojamento e alimentação (0,32%), Transportes (1,56%) e outros serviços (0,56%).

2.2 Agropecuária

Conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) a precipitação pluviométrica no estado do Ceará ocorrida dentro da quadra chuvosa de 2018 (fevereiro a maio: 579,5mm), ficaram em torno da média do Estado (505,6mm – 695,8mm).

Quanto ao comportamento das chuvas ao longo da quadra chuvosa, verifica-se que os meses de fevereiro (187,9mm) e abril (211,7mm) apresentaram maior volume pluviométrico, ficando acima da média normal para esses períodos. Já os meses de março (121,1mm) e maio (58,9mm) foram os que tiveram volume de chuva inferior a normal.

No comparativo entre os anos de 2018 e 2017, observa-se que o volume de chuvas dos meses de fevereiro e abril ficaram acima do registrado nos mesmos meses de 2017. No acumulado do período da quadra chuvosa a quantidade de chuva foi maior em 2018, com 579,5 mm, comparado ao mesmo período de 2017. (Tabela 2.3).

Tabela 2.3: Comparativo do desvio percentual entre a média das normais e a média das pluviosidades observadas – Mensal de 2017-2018

Mês	Normal (mm)	Observada em 2017 (mm)	Observada em 2018 (mm)	Desvio das chuvas observadas 2018 com relação a normal (%)
Janeiro	98,7	68,3	64,0	-35,2%
Fevereiro	118,6	159,9	187,9	58,4%
Março	203,4	206,2	121,1	-40,5%
Abril	188	116,1	211,7	12,6%
Maió	90,6	69,4	58,9	-35,0%
Junho	37,5	26,8	10,2	-72,9%
Ceará (fev. – Maio)	505,6 – 695,8	551,7	579,5	-3,5%

Fonte: FUNCEME. Elaboração: IPECE.

No que se refere a distribuição espacial das chuvas ocorridas de fevereiro a maio de 2018, a maioria das Macrorregiões de Planejamento apresentaram chuvas em torno da média. Em apenas três regiões as chuvas ficaram abaixo da normal, sendo elas: Litoral de Fortaleza (-1,9%), Litoral do Pecém (-7,4%) e Sertão Central e Inhamuns (-6,9%). Entre as regiões que apresentaram maiores níveis de precipitação estão a Região do Litoral Norte, com 877,5 mm, e a Região do Cariri com 669,6 mm, ressaltando que a região do Cariri é uma importante região produtora de grãos no Ceará. (Tabela 2.4).

Tabela 2.4: Precipitação pluviométrica observada nas Macrorregiões de Planejamento, desvio percentual entre o observado e média normal de cada Macrorregião, Fevereiro-Maio de 2018, Ceará

Macrorregiões de Planejamento	Normal (mm)	Observado (mm)	Desvio (%)
Litoral Norte	778,3	877,5	12,8
Litoral de Fortaleza	796,7	781,9	- 1,9
Maciço de Baturité	685,4	704,6	2,8
Ibiapaba	672,2	674,8	0,4
Cariri	616,6	669,6	8,6
Litoral de Pecém	676,3	626,3	- 7,4
Jaguaribana	580,2	603,2	4,0
Sertão Central e Inhamuns	497,1	462,6	- 6,9

Fonte: FUNCEME. Elaboração: IPECE.

Tabela 2.5: Capacidade e volume (%) de armazenamento das Bacias Hidrográficas do Ceará – Janeiro a junho de 2017-2018

Regiões	Capacidade (hm ³)	Volume Jan-Jun 2017 (hm ³)	Volume 01/01/2018 (hm ³)	Volume Jan-Jun 2018 (%)	Volume Jan-Jun 2018 (%)
Acaraú	1.718,27	449,39	293,56	613,11	35,7
Alto Jaguaribe	2.778,52	285,67	175,55	270,72	9,7
Baixo Jaguaribe	24,00	0,27	0,23	14,22	59,3
Banabuiú	2.755,32	96,82	63,03	268,37	9,7
Coreaú	303,74	243,04	154,4	256,6	84,5
Curu	1.028,80	139,83	94,36	164,94	16,0
Litoral	214,90	123,61	79,16	171	79,6
Médio Jaguaribe	7.386,69	356,96	179,45	584,58	7,9
Metropolitana	1.382,10	448,04	225,64	467,33	33,8
Salgado	452,31	66,67	34,58	97,48	21,6
Serra da Ibiapaba	141,00	38,77	27,77	55,77	39,6
Sertões de Crateús	436,04	5,47	1,12	46,73	10,7
Ceará	18.621,69	2.244,00	1.328,85	3.010,85	16,2

Fonte: COGERH. Elaboração: IPECE.

Segundo a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), após uma quadra chuvosa em torno da média, o volume dos reservatórios do Ceará no final de junho de 2018, obteve um aporte de 1,68 bilhões m³, alcançando um volume total acumulado de 3,01 bilhões m³, o que representa 16,2% da capacidade total de armazenamento do Estado. No final do 1º semestre de 2018, dentre os 155 açudes monitorados, 4 estavam sangrando, 21 açudes com volume acima de 90% e 78 açudes com volume abaixo de 30%.

Ressalta-se que embora tenha ocorrido uma quadra chuvosa em torno da média no ano de 2018, o nível dos principais açudes do estado ainda estão abaixo de 10%, a citar: Castanhão (535,8 hm³ - 8%), Orós (177,3 hm³ - 9,14%) e Banabuiú (110,1 hm³ - 6,88%).

Dentre as bacias hidrográficas que obtiveram um maior aporte de janeiro a junho de 2018, destacam-se as bacias do Médio Jaguaribe, Acaraú, Metropolitana e Banabuiú, chegando ao final do período com os respectivos volumes armazenados: 584,58 hm³, 613,11 hm³, 467,33 hm³ e 268,37 hm³. As bacias de Coreaú e Baixo Jaguaribe apresentam os maiores volumes, com 84,5% e 59,3%, respectivamente (COGERH). (Tabela 2.5).

Com a disponibilidade de água existente nos 155 açudes monitorados pela COGERH distribuídos entre as bacias hidrográficas do estado, o Ceará continua mantendo uma política de redução de consumo de água tanto para o consumo humano como para as atividades econômicas, visto que as chuvas ocorridas no primeiro semestre de 2018 não foram suficientes para realizar uma recarga satisfatória de seus reservatórios para sair da crise hídrica.

Produção de Grãos

As estimativas de produção da safra de grãos do Ceará realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE¹, indicam um crescimento de 24,4% em 2018 comparado a 2017. Ressalta-se que a safra de grãos é formada principalmente por culturas de sequeiro, sendo essas fortemente dependentes da ocorrência de chuvas. Dentre as culturas que apresentaram crescimento na produção em 2018 em relação a 2017, estão: arroz (7,1%), algodão (165,2%), fava (11,1%), feijão (5,9%) e o milho (32,2%). Destas, vale destacar a participação do milho na produção de grãos no estado, respondendo por 74,6% da produção total do Ceará, com uma produção de 493.468 toneladas em 2018. Quanto a produção de feijão, esta repondeu por 21,3% da produção, sendo a segunda maior cultura produtora de grãos do Ceará, com uma produção de 141.070 toneladas em 2018. (Tabela 2.6).

As culturas de grãos que apresentaram queda foram o algodão (-48,5%) e a mamona (-23,3%). Esta redução na produção destas culturas é explicada, em parte, pela ocorrência de veranicos no mês de março de 2018, que reduziram a produtividade desta cultura.

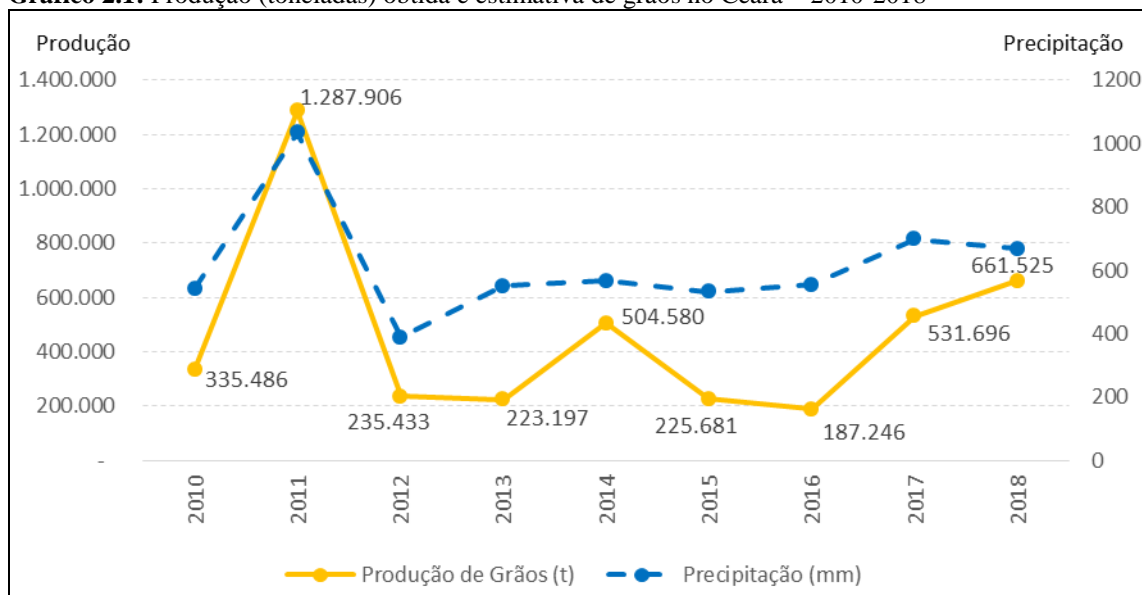
Tabela 2.6: Produção de grãos (t) estimada, 2017–2018, Ceará.

Produção de Grãos	Produção (t) 2017	Estimativa (t) 2018	Varição (%) 2018/2017	Participação na Prod. de Grãos (%)
Arroz	19.762	21.166	7,10	3,2%
Feijão	133.225	141.070	5,89	21,3%
Milho	373.231	493.468	32,22	74,6%
Milho semente	93	99	6,45	0,0%
Sorgo	0	10	-	0,0%
Fava	3.596	3.996	11,12	0,6%
Algodão	325	862	165,23	0,1%
Amendoim	1066	549	-48,50	0,1%
Mamona	398	305	-23,37	0,0%
Grãos Total	531.696	661.525	24,42	100,0%

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: (*) Os valores de 2017 e 2018, referem-se aos valores da produção estimados pelo LSPA/IBGE.

¹ As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começa o ano com a estimativa com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratamentos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

Gráfico 2.1: Produção (toneladas) obtida e estimativa de grãos no Ceará – 2010-2018

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: (*) Os valores de 2017 e 2018, referem-se aos valores da produção estimados pelo LSPA/IBGE.

Ressalta-se que as estimativas estão baseadas principalmente na informação de áreas plantadas, produtividade prevista e colheita já realizada. Sendo assim, entende-se que esses valores de produção são alterados, conforme novas informações geradas pela LSPA.

Produção de Frutas

Diante das condições hídricas do Ceará, onde as chuvas de 2018 ainda não foram suficientes para aumentar o aporte de água dos reservatórios do estado, a produção de frutas no estado ainda se apresenta de forma tímida.

A estimativa da produção de banana para 2018 indica uma redução de 5,0%, comparada ao ano anterior, justificada pela redução da área cultivada tanto do plantio de sequeiro como de área irrigada. Enquanto que a produção de melão apresenta comportamento inverso, com aumento da área colhida e crescimento da produção (40,2%). Essa melhora é explicada pelo incentivo gerado pelo mercado externo, dado a maior valorização do dólar frente a moeda nacional, mantendo a rentabilidade do produto em patamares mais elevados.

Outras lavouras que também apresentam estimativa de crescimento para o ano de 2018, conforme dados da LSPA, são: goiada (4,72%), maracujá (45,88%), melancia (31,97%) e coco-da-baía (32,76%).

Além da banana, também indicaram redução na produção a acerola (-2,48%), a laranja (-8,21%), a manga (-1,98%) e o abacaxi (-65,34%). (Tabela 2.7).

Tabela 2.7: Produção obtida e estimativa de Frutas (em toneladas) no Ceará – 2017-2018

Produção de Frutas	Produção 2017 *	Estimativa 2018	Variação (%) 18/17
Acerola	12.995	12.673	-2,48
Banana	393.025	373.353	-5,01
Goiaba	17.696	18.532	4,72
Laranja	9.480	8.702	-8,21
Mamão	109.893	132.480	20,55
Manga	45.338	44.442	-1,98
Maracujá	94.816	138.321	45,88
Melancia	28.936	38.187	31,97
Melão	70.593	98.946	40,16
Abacaxi**	730	253	-65,34
Coco-da-baía**	186.733	247.905	32,76

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

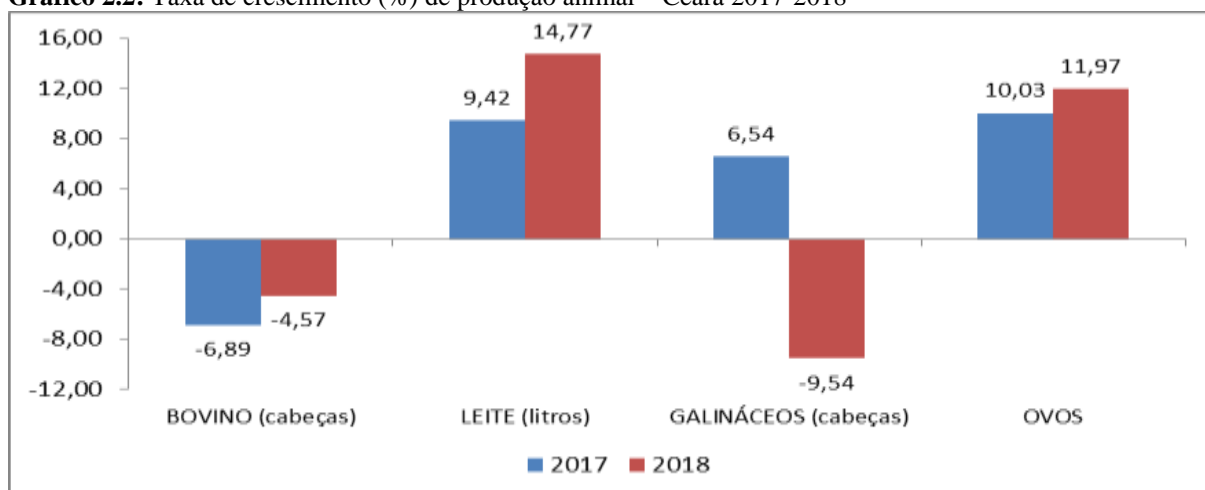
Notas: (*) As quantidades de 2017 e 2018 refere-se as estimativas obtidas pela LSPA.

(**) Produção em mil frutos.

Pecuária

A estimativa da produção pecuária cearense aponta queda para a atividade bovino (-4,57%), influenciado pelo longo período de seca, afetando assim o rebanho. Muitos produtores diminuíram o rebanho de bovino e passaram a criar animais de menor porte. A atividade de aves apresentou forte queda de 9,54%, reflexo do aumento de preço do insumo e queda do preço da carne de frango, além da greve dos caminhoneiros que também afetou a atividade.

Com relação a produção de produtos de origem animal destaca-se o leite, que vem apresentando ótimo desempenho, com perspectiva de crescimento de 14,77% em 2018, comparado ao ano de 2017. Verificou-se também crescimento na atividade de ovos (11,97%) (Gráfico 2.2).

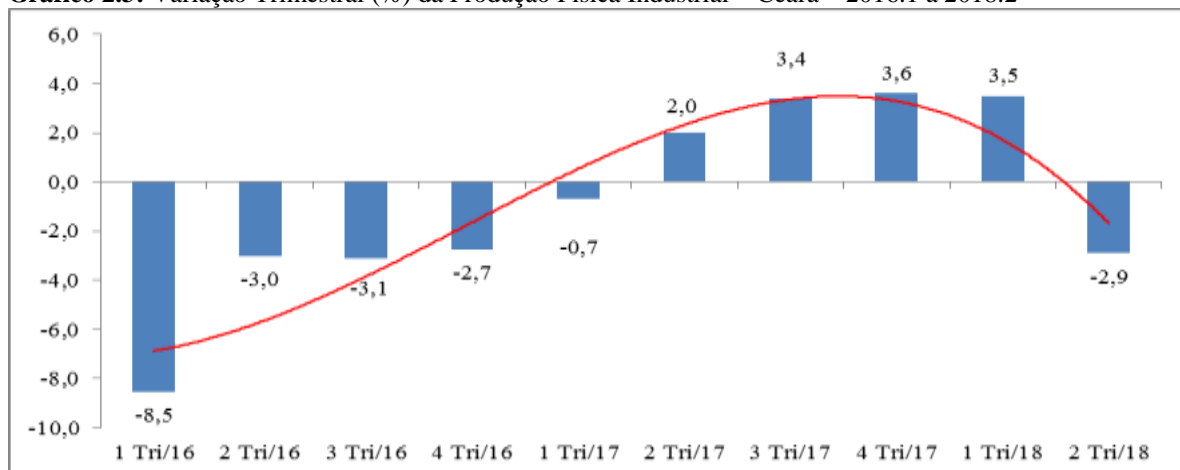
Gráfico 2.2: Taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará 2017-2018

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2.3 Indústria

Indústria de Transformação

Após quatro trimestres seguidos de expansão, a produção física da indústria de transformação cearense registrou retração no segundo trimestre de 2018. Entre os meses de abril a junho, a produção da atividade diminuiu 2,9% na comparação com igual período do ano anterior. Os dados constam do indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE). O Gráfico 2.3, a seguir, destaca a trajetória de recuperação e o resultado negativo do último período.

Gráfico 2.3: Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2016.1 a 2018.2

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

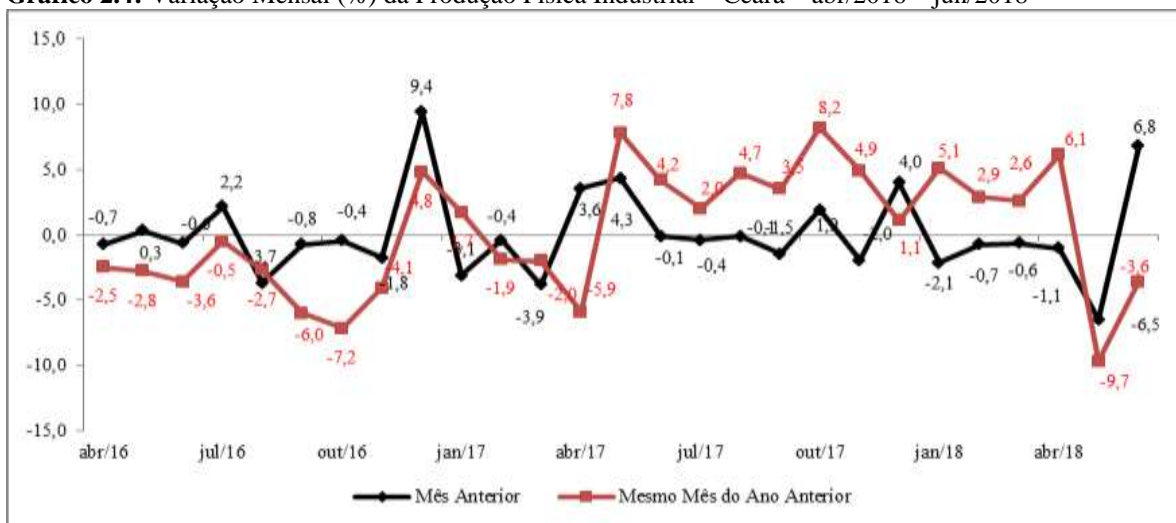
O desempenho negativo para o trimestre retrata um comportamento mensal caracterizado por números também negativos. Na comparação com iguais meses do ano anterior, os resultados da manufatura cearense foram 6,1%, -9,7% e -3,6% em abril, maio e

junho, respectivamente. Os resultados negativos de maio e junho encerraram uma sequência de doze meses seguidos de expansão neste tipo de comparação. O desempenho dos últimos meses evidencia a repercussão da greve dos caminhoneiros que ocorreu na segunda metade de maio e afetou toda a economia nacional. Os efeitos da paralização se materializaram na produção industrial de maio e de junho.

Já na avaliação contra os meses imediatamente anteriores, os números também destacam o efeito da paralisação dos caminhoneiros. Em abril, com redução de 1,1%, a indústria cearense manteve a sequência de resultados levemente negativos. Já em maio, com - 6,5%, a redução na produção foi intensificada em virtude da greve. Por outro lado, em junho, já com o fim do movimento grevista, a indústria cresceu 6,8%, contrabalançando o resultado de maio. O Gráfico 2.4, abaixo, apresenta as taxas.

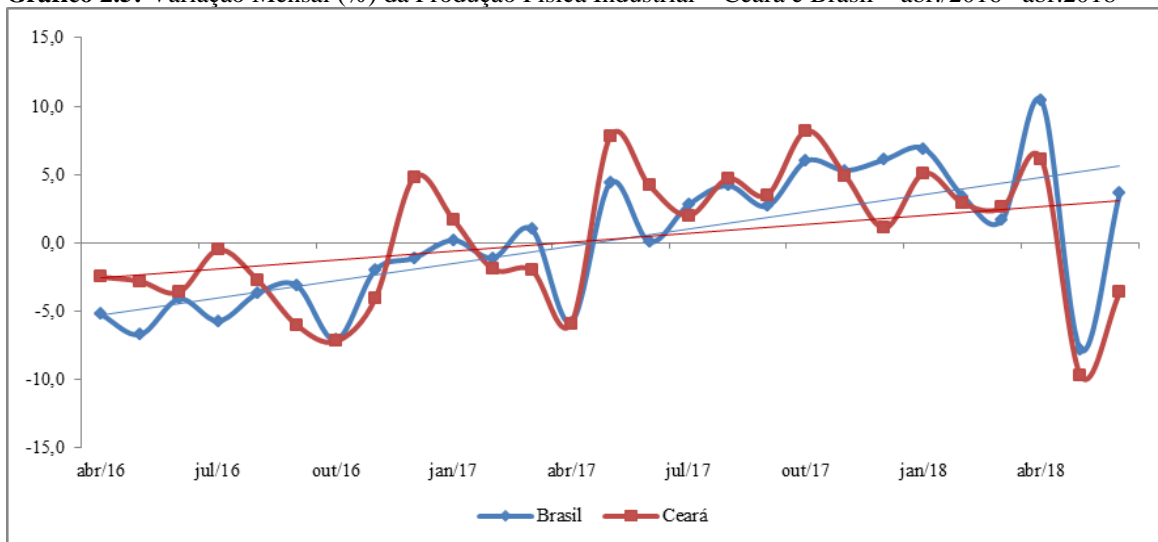
Como destacado, o desempenho da manufatura cearense no trimestre foi contaminado pelo evento inesperado da greve dos caminhoneiros que acabou tomando grandes proporções. A atividade produtiva foi diretamente afetada tanto no momento da greve como após o seu encerramento, uma vez que o reestabelecimento das condições de produção anteriores ao movimento exigiu um maior tempo de recuperação diante das fortes consequências da paralisação.

Além dos efeitos do movimento de greve, a indústria cearense foi afetada pela elevada base de comparação que se configura o segundo trimestre de 2017. Os meses de abril a junho do ano anterior marcam o início da retomada da atividade industrial no estado. Uma base de comparação mais elevada potencializou o revés na produção que já ocorreria em virtude da paralização dos caminhoneiros. Neste sentido, uma avaliação mais consistente sobre o desempenho da indústria no estado e seu processo de recuperação deve aguardar os números de terceiro trimestre de 2018.

Gráfico 2.4: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará – abr/2016 – jun/2018

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

O Gráfico 2.5, a seguir, compara a trajetória mensal da atividade industrial no Ceará e no Brasil. Neste, é possível perceber a melhora do ritmo da produção em ambos os parques, apesar do movimento dos últimos meses. Entretanto, com os últimos resultados, a indústria brasileira passou a apresentar uma trajetória de expansão nitidamente superior àquela registrada pelo Ceará, alterando a dinâmica percebida até o último trimestre de 2017.

Gráfico 2.5: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil – abr./2016– abr.2018

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. As linhas retas indicam tendência de comportamento dos dados no período considerado.

O desempenho recente sugere que a greve dos caminhoneiros apresentou um efeito relativamente mais intenso no Ceará em relação à média nacional. A comparação com os demais estados no trimestre reforça tal percepção. No mês de maio, entre os quatorze estados

pesquisados, apenas Amazonas (4,0%) e Rio de Janeiro (1,1%) apresentaram resultados positivos na comparação com 2017. Todos os demais registraram redução no mês e entre estes, o Ceará se destaca como o que apresenta a maior base de comparação. Já em junho, apenas seis estados voltaram a apresentar resultados negativos e entre estes, o Ceará que, novamente, possui uma base de comparação mais elevada. Como destacado, os números indicam que a base de comparação amplificou os efeitos perversos da paralisação dos caminhoneiros na indústria cearense.

No tocante ao primeiro semestre, apenas quatro estados acumulam resultado negativo em relação a 2017, com destaque para o Espírito Santo (-6,8%). Entre os que cresceram em relação ao ano anterior, Amazonas (16,6%), São Paulo (4,8%) e Rio de Janeiro (4,6%) se sobressaem. Já o Ceará, com os últimos resultados, acumula uma leve expansão, de apenas 0,3% sobre o primeiro semestre de 2017. O resultado estadual se assemelha ao do Nordeste (0,3%) e é inferior ao nacional (2,8%), o que reforça o melhor momento para indústria nacional. A Tabela 2.8 traz os resultados para os estados pesquisados, para o país e para a região.

Tabela 2.8: Variação (%) da Produção Física Industrial – Brasil e Estados – abr-jun/2017 e 2018 e Acumulado do Ano

Brasil e Estados	Variação Mensal (2017)			Acumulado Ano (2017)	Variação Mensal (2018)			Acumulado Ano (2018)
	Abril	Maio	Junho		Abril	Maio	Junho	
Brasil	-5,8	4,4	0,1	-0,2	10,4	-7,8	3,7	2,8
Nordeste	-3,7	2,8	-4,8	-1,4	4,5	-10,5	7,8	0,3
Amazonas	9,0	1,3	0,6	2,7	13,9	4,0	4,2	16,6
São Paulo	-9,1	4,5	3,9	0,1	15,4	-4,9	4,0	4,8
Rio de Janeiro	-0,9	1,8	-1,1	1,5	10,7	1,1	4,6	4,6
Santa Catarina	-4,2	9,1	-1,1	3,2	15,1	-8,3	3,5	3,9
Pernambuco	-7,3	-2,5	-2,1	1,2	11,7	-3,6	10,0	3,4
Paraná	-4,4	9,1	1,3	4,1	12,7	-11,9	9,7	1,0
Minas Gerais	-4,7	2,4	2,3	-0,6	8,6	-10,6	-0,5	0,6
Bahia	-7,3	0,4	-10,7	-6,5	5,6	-14,3	9,5	0,4
Ceará	-5,9	7,8	4,2	0,7	6,1	-9,7	-3,6	0,3
Rio Grande do Sul	-4,4	7,6	1,9	1,7	11,4	-10,9	1,1	0,3
Mato Grosso	-9,1	-2,0	-0,5	-1,5	14,6	-13,7	-0,1	-0,2
Goiás	-7,7	0,0	0,1	1,6	5,3	-16,2	-2,0	-3,4
Pará	-8,1	-2,8	-11,3	-4,7	-2,5	-23,5	-7,3	-6,2
Espírito Santo	5,3	2,1	2,0	2,3	-3,4	-6,8	-6,6	-6,8

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2018.

Resultados Setoriais

No tocante as atividades industriais, no segundo trimestre do ano, sete das onze atividades pesquisadas apresentaram resultados negativos para a produção na comparação com igual período do ano anterior. Esse movimento interrompe um quadro de recuperação mais disseminado entre as atividades.

Como destacado para o conjunto da indústria, a paralisação dos caminhoneiros parece ter afetado de forma negativa a maioria das atividades manufatureiras no estado, o que explica o resultado ruim para o total do setor. Avaliações quanto ao desempenho e a robustez do crescimento observado até então devem aguardar o próximo período diante da “contaminação da análise” em virtude do episódio da greve.

De todo modo, neste contexto, segmentos importantes da indústria local registraram retração, como Vestuário e acessórios (-12,5%), Couro e calçados (-6,0%), Têxtil (-1,9%) e Bebidas (-3,6%). Entre estes, os três primeiros, a despeito dos efeitos da paralisação, apresentaram desempenho menos favoráveis ainda no primeiro trimestre do ano. É preciso aguardar para se perceber com mais clareza se tais movimentos se tratam de mudanças mais relevantes na produção ou são apenas flutuações conjunturais. A Tabela 2.9, a seguir, apresenta os números para atividades industriais nos últimos trimestres.

Tabela 2.9: Variação Trimestral (%) da Produção Física por Atividades Industriais – Ceará – 2017 e 2018

Setores	Variação Trimestral					
	2017				2018	
	I	II	III	IV	I	II
Indústrias de transformação	-0,7	2,2	3,5	4,8	3,6	-2,9
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-44,0	-33,3	-12,9	27,7	101,8	17,0
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-32,0	-39,3	-18,4	0,7	15,0	16,5
Fabricação de produtos alimentícios	4,5	1,9	6,6	-2,0	-3,6	1,3
Fabricação de outros produtos químicos	1,6	-10,1	27,2	22,9	13,6	0,7
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-12,2	0,9	-3,3	23,9	9,6	-1,5
Fabricação de produtos têxteis	16,2	14,5	6,3	2,7	-0,2	-1,9
Metalurgia	47,3	79,6	43,5	9,6	1,2	-2,1
Fabricação de bebidas	-16,0	3,3	-0,7	13,2	18,9	-3,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	9,7	7,7	4,0	1,2	-1,6	-6,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-13,2	-18,7	-9,5	-8,1	-1,1	-6,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,8	14,7	8,5	11,8	0,0	-12,5

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela contribuição ao crescimento total em 2018.2.

A Tabela 2.10, na sequência, compara para todos os setores a taxa de crescimento acumulada em 2017 e 2018. Novamente, setores tradicionais e relevantes para a manufatura cearense acumulam redução na produção, com destaque para Vestuário e acessórios (-6,9%), Couro e calçados (-3,8%), Têxtil (-1,0%) e Alimentos (-1,1%).

Tabela 2.10: Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Física por Atividades Industriais- 2017 e 2018 – Ceará

Setores	Acumulado Ano (2017)	Acumulado Ano (2018)
Indústrias de transformação	0,70	0,30
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-39,30	61,00
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-35,70	15,70
Fabricação de bebidas	-7,20	7,50
Fabricação de outros produtos químicos	-4,50	7,20
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-6,30	4,20
Metalurgia	62,60	-0,50
Fabricação de produtos têxteis	15,40	-1,00
Fabricação de produtos alimentícios	3,10	-1,10
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-16,00	-3,70
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	8,70	-3,80
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	8,50	-6,90

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2018.

2.4 Serviços

2.4.1. Pesquisa Mensal de Serviços²

Dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE revelam que os serviços empresariais não-financeiros segue novamente com desempenho negativo ao registrar queda de 9,2% no segundo trimestre do ano de 2018 comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

O Gráfico 2.6 revela que o presente trimestre apresentou recuo similar ao trimestre anterior, embora com menos intensidade do que a queda do quarto trimestre de 2017, tendo todos estes resultados comparados com relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As duas

² A Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) apresenta cinco grandes grupos, a saber: 1) Serviços Prestados às Famílias; 2) Serviços de Informação e Comunicação; 3) Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares; 4) Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio; 5) Outros Serviços. O Grupo Outros Serviços são formados pelas atividades imobiliárias (intermediação, gestão e administração de imóveis próprios e de terceiros); serviços de manutenção e reparação; serviços auxiliares financeiros; serviços auxiliares da agricultura; serviços de esgoto e serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais. Deve-se frisar que esses segmentos não são iguais aos subsetores daqueles que compõem as estimativas do PIB trimestral o que leva a resultados e interpretações distintas.

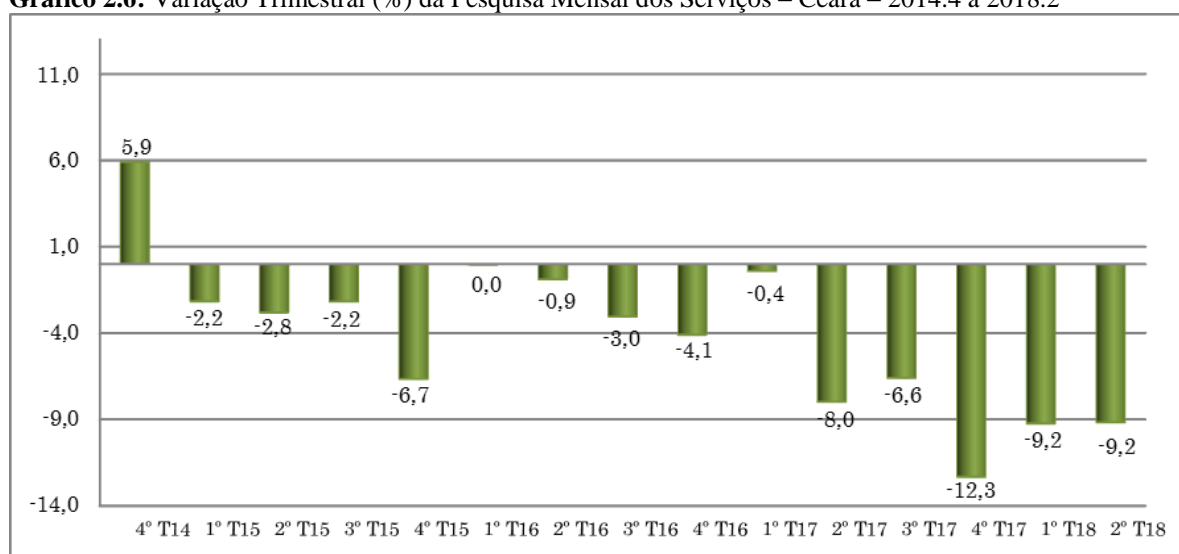
quedas seguidas nos primeiros trimestres do ano de 2018 revela que o setor ainda não retomou plenamente sua recuperação cíclica iniciada no início de 2017.

Adicionalmente, considerando a estagnação no primeiro trimestre de 2016, essa queda representa a décima quarta seguida a partir de uma comparação com relação ao mesmo trimestre do ano anterior. (ver Gráfico 2.6).

Desde o quarto trimestre de 2014, quando houve crescimento de 5,9%, que os serviços empresariais não-financeiros da PMS não registra desempenho positivo. Dados conjunturais da economia brasileira indicavam desaceleração a partir do segundo trimestre de 2014, o que revela que a retração do setor de serviços cearense apresenta maior defasagem com relação às contrações e expansões dos ciclos econômicos na medida em que registrou queda apenas a partir do primeiro trimestre de 2015.

Nesse contexto, embora tanto nacionalmente como localmente a retomada da economia tenha se iniciado em 2017, o desempenho ainda não foi suficiente para a aceleração das atividades que compõem os serviços empresariais não-financeiros da PMS do Ceará.

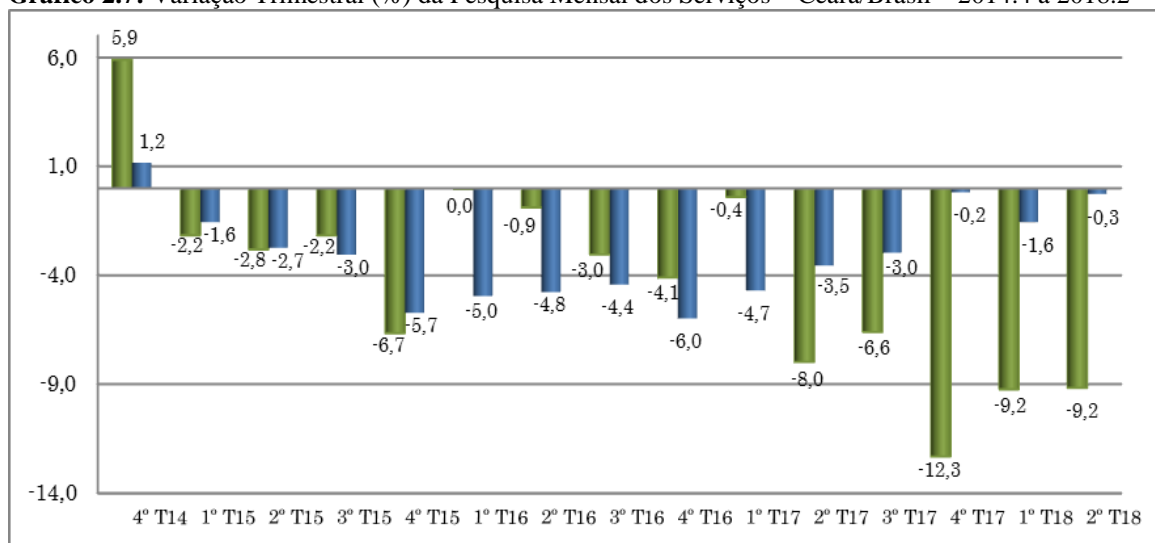
Gráfico 2.6: Variação Trimestral (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Ceará – 2014.4 a 2018.2



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

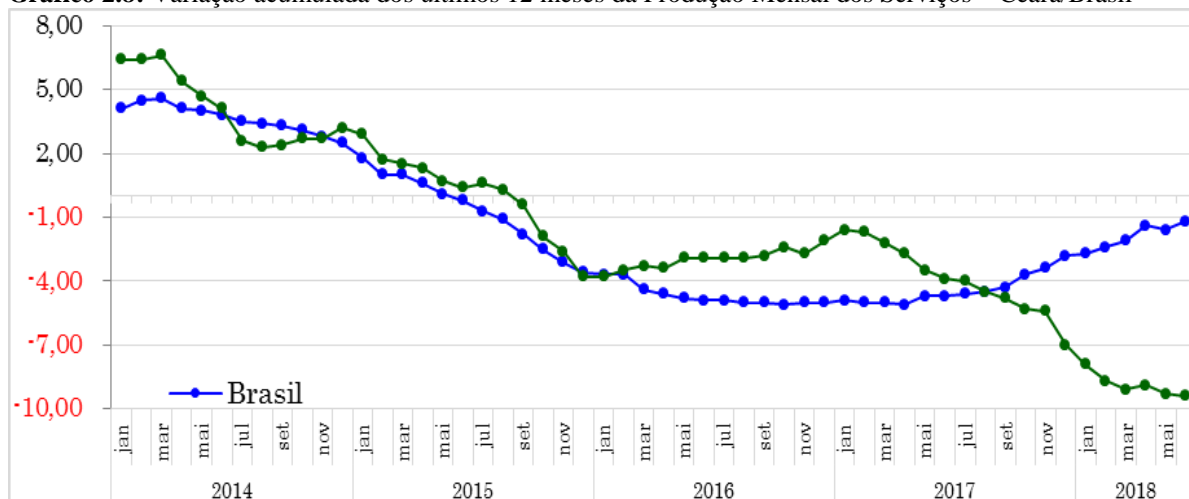
O Gráfico 2.7, por sua vez, apresenta os mesmos resultados do gráfico anterior, mas agora em um comparativo nacional. No quarto trimestre de 2014, enquanto o Ceará apresentava uma expressiva taxa de 5,9%, o Brasil registrava um crescimento de apenas 1,2%.

Por outro lado, as taxas observadas ao longo de 2017 e de 2018 revelam que a queda dos serviços do Ceará ocorreu de forma mais intensiva que o nacional. Ademais, neste período as quedas no caso nacional ocorrem a taxas de decrescentes, revelando recuperação mais rápida quando comparada ao Estado.

Gráfico 2.7: Variação Trimestral (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Ceará/Brasil – 2014.4 a 2018.2

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 2.8 são apresentados os resultados para o acumulado dos últimos 12 meses tanto para o Brasil como para o Ceará a partir de janeiro de 2014 até junho de 2018. Estes números são condizentes com os resultados anteriores na medida em que revela que o setor de serviços apresenta uma defasagem de resposta com relação à recuperação cíclica da economia. No caso nacional, o acumulado dos últimos 12 meses apresenta taxas negativas cada vez menores e o Ceará taxas cada vez maiores desde a recuperação no início de 2017.

Gráfico 2.8: Variação acumulada dos últimos 12 meses da Produção Mensal dos Serviços – Ceará/Brasil

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

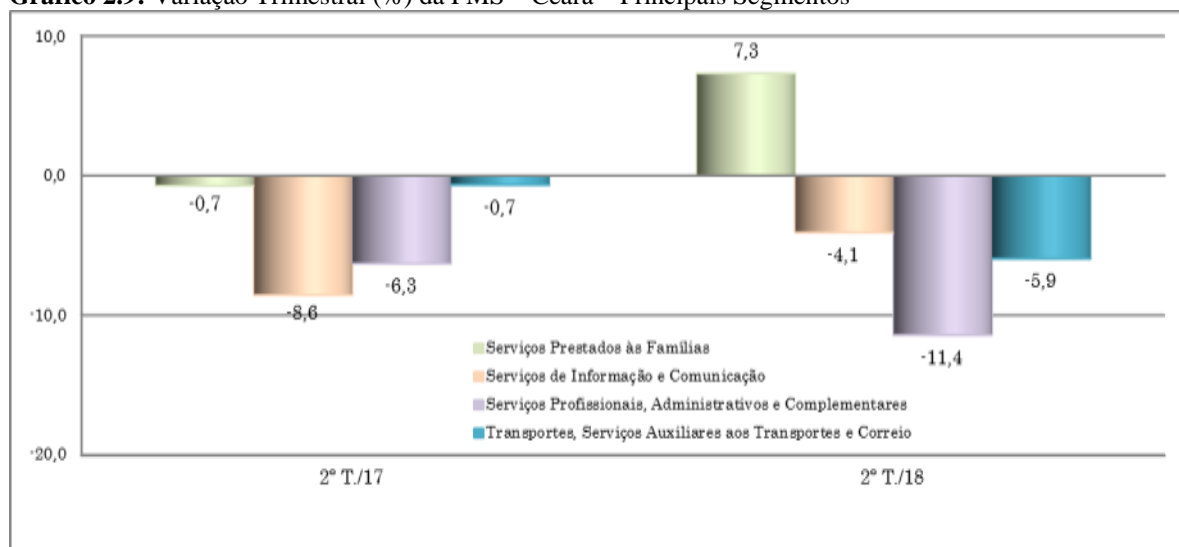
Os dados do Gráfico 2.9, por sua vez, apresentam as taxas de variação trimestral para os quatro principais segmentos do setor de serviços da PMS do Ceará. Destaca-se que três destes segmentos tiveram desempenho negativo neste segundo trimestre de 2018.

Por outro lado, os Serviços Prestados às Famílias, tido como um dos principais segmentos da PMS, apresentou expressivo crescimento de 7,3%. O desempenho positivo deste segmento pode ter estar associado a conjuntura macroeconômica nacional que vem apresentando inflação abaixo da meta e juros historicamente baixos, contribuindo, assim, para a retomada do consumo das famílias.

No entanto, Serviços de Informação e Comunicação, Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares e Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio tiveram retração de 4,1%, 11,4% e 5,9%, respectivamente. Este primeiro segmento, mais intensivo em capital, revela que os investimentos ainda não apresentaram resposta diante da recuperação cíclica, provavelmente mediante a incerteza do cenário nacional, o que dificulta o horizonte de planejamento.

Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares, que tem parte do segmento associado a setores compostos por empresas, também com desempenho negativo, parece sinalizar cautela por parte dos investidores. Além disso, Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio, presente em diversas cadeias produtivas industriais, não tem acompanhado a recuperação mais robusta da atividade industrial, que vinha com desempenho positivo ao longo de 2017 e 2018. A paralização dos caminhoneiros no final de maio e junho de pode também ter contribuído para o desempenho negativo deste último segmento.

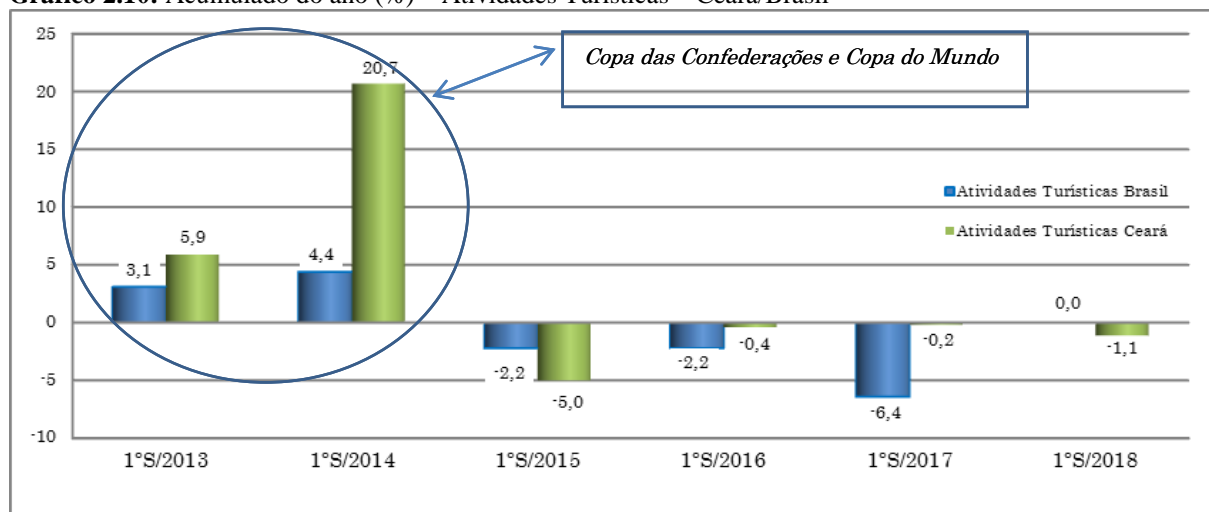
Gráfico 2.9: Variação Trimestral (%) da PMS – Ceará – Principais Segmentos



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 2.10 apresenta o acumulado do ano a partir de 2013 do Índice de Atividades Turísticas (IATUR), que é construído a partir de dez agrupamentos de atividades ligados ao setor.

Gráfico 2.10: Acumulado do ano (%) – Atividades Turísticas – Ceará/Brasil



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

É importante observar, inicialmente, que os eventos esportivos ocorridos ainda nos anos de 2013 e 2014 parecem ter impulsionado o setor no Estado do Ceará. Para o primeiro semestre de 2013, ano em que ocorreu a Copa das Confederações, o crescimento foi de 5,9% no Ceará, enquanto no ano da copa do mundo registrou-se o expressivo crescimento de 20,7%, ambos no acumulado do ano. Neste último caso, a taxa registrada no nacional foi de apenas 4,4%.

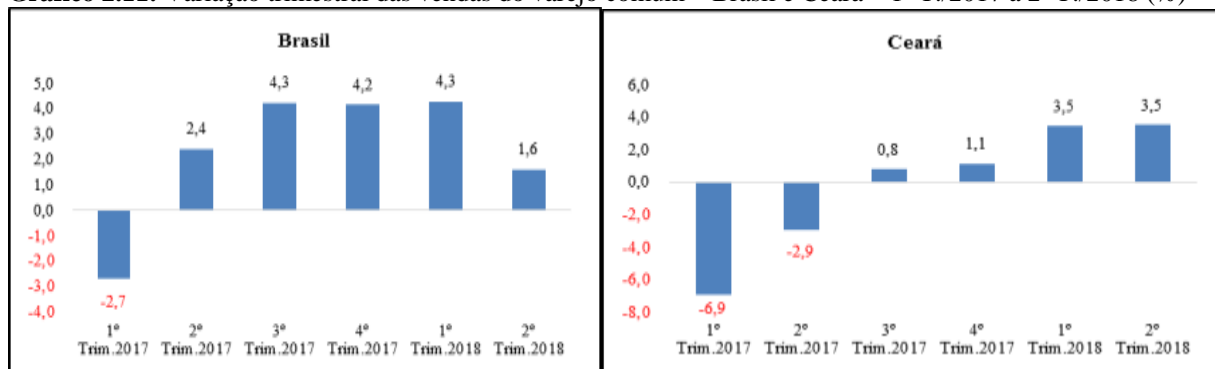
Nos anos de 2015, 2016 e 2017 são claros os efeitos da recessão no setor. Para o ano de 2015, a retração das atividades turísticas do Ceará foi de 5,0%, enquanto que para o Brasil o desempenho negativo foi de 2,2%. Para o ano de 2018, atividade nacional encontra-se estagnada, enquanto que o Ceará o recuo foi de 1,1%.

2.4.2. Comércio Varejista

Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE o Brasil registrou crescimento trimestral pela quinta vez consecutiva comparado ao mesmo período do ano anterior revelando uma tendência consistente de recuperação das vendas nesse importante setor da economia. No primeiro trimestre de 2018, as vendas do varejo comum nacional registraram uma alta de 4,3% frente a igual período do ano passando, já no segundo trimestre ocorreu uma certa desaceleração passando a registrar crescimento de 1,6%.

No tocante ao varejo comum cearense, este registrou crescimento trimestral pela quarta vez consecutiva, com trajetória ascendente dessa taxa. No primeiro trimestre de 2018, o varejo local apresentou crescimento de 3,5%, repetindo esse desempenho no segundo trimestre do mesmo ano, ambos comparados ao mesmo período do ano anterior. (Gráfico 2.11).

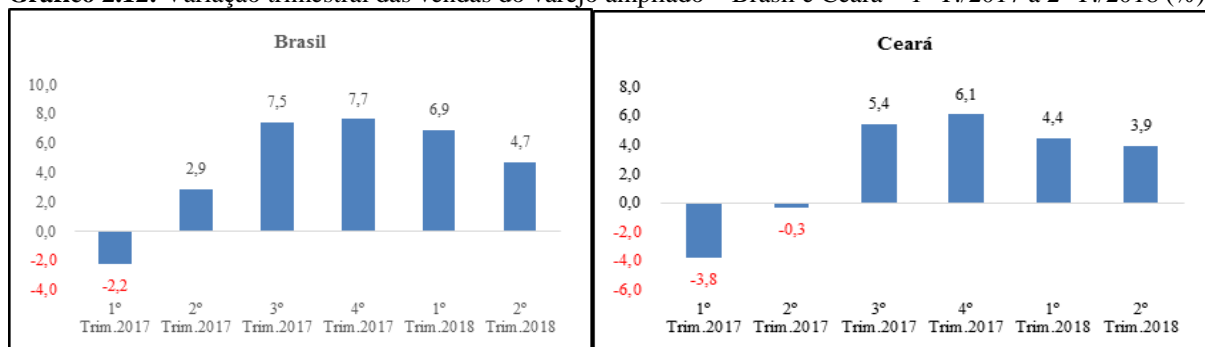
Gráfico 2.11: Variação trimestral das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 1º T./2017 a 2º T./2018 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em relação as vendas do varejo ampliado, que inclui também as vendas de veículos e de materiais de construção, as vendas do país revelaram-se ainda mais robustas, com variações positivas de 6,9% e 4,7% para os dois primeiros trimestres do ano. O varejo ampliado cearense também registrou duas altas trimestrais consecutivas de 4,4% e 3,9%, revelando uma recuperação consistente frente ao desempenho apresentado em igual período do ano passado.

Gráfico 2.12: Variação trimestral das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 1º T./2017 a 2º T./2018 (%)

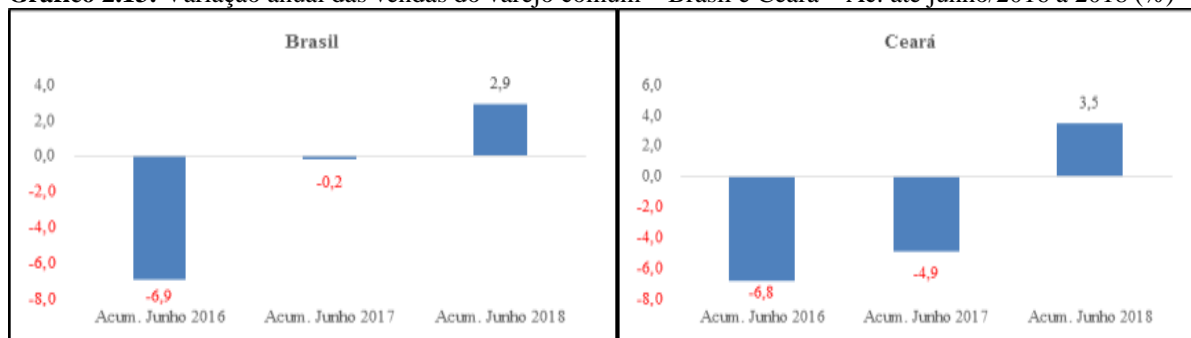


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

É possível assim consolidar o desempenho das vendas trimestrais no acumulado do ano. O varejo comum nacional apresentou a primeira variação positiva (+2,9%), após dois anos de queda, 2016 (-6,9%) e 2017 (-0,2%), reforçando a ideia de recuperação nas vendas

desse setor. O varejo comum cearense apresentou recuperação, também ao registrar a primeira alta (+3,5%), após dois anos de queda, 2016 (-6,8%) e 2017 (-4,9%). Diante do exposto é possível afirmar que apesar do crescimento nas vendas no varejo comum nacional e cearense essas ainda não recuperaram o patamar observado de três anos atrás.

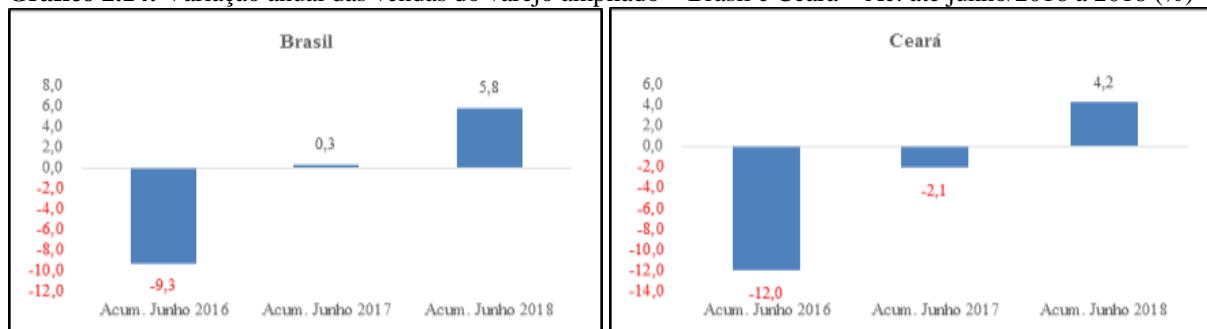
Gráfico 2.13: Variação anual das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – Ac. até junho/2016 a 2018 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

As vendas do varejo ampliado apresentaram uma variação anual mais robusta. O país registrou alta de 5,8%, ante alta de 0,3% em 2017 e queda de 9,35% em 2016, enquanto o Ceará registrou alta de 4,2%, ante duas quedas de 12,0%, em 2016, e 2,1%, em 2017. Assim, as altas registradas no último ano ajudam a recuperação do setor, mas não apagam as perdas acumuladas até o momento.

Gráfico 2.14: Variação anual das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – Ac. até junho/2016 a 2018 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Vendas do Varejo no Contexto Nacional

A Tabela 2.11 abaixo apresenta a variação anual das vendas para o acumulado do ano até o mês de junho dos últimos cinco anos no Brasil e estados para o varejo comum. A ideia de recuperação das vendas do varejo comum pode ser observada inicialmente pela mudança na quantidade de estados que registraram queda nas vendas no período. Em 2015, vinte estados passaram a apresentar queda nas vendas do varejo comum. Já em 2016, todos

eles registraram perda de vendas. Por outro lado, em 2017, dezesseis estados tiveram variações negativas nas vendas. Já em 2016, apenas seis estados registraram queda nas vendas desse período. (Tabela 2.11).

As maiores altas nas vendas do varejo comum foram observadas nos estados de Roraima (+9,9%); Rio Grande do Norte (+9,9%); Santa Catarina (+9,5%); Acre (+9,4%) e Tocantins (+8,6%). Por outro lado, as maiores baixas foram nos estados de Goiás (-2,6%); Distrito Federal (-2,4%); Pernambuco (-1,3%); Amapá (-1,2%) e Mato Grosso do Sul (-0,5%). O estado do Ceará está no grupo dos que apresentaram resultado positivo com alta de 3,5% no período tendo registrado o décimo terceiro maior crescimento.

Tabela 2.11: Variação anual das vendas do varejo comum – Brasil e Estados – Ac. até junho/2014 a 2018 (%)

Estados	2014	2015	2016	2017	2018
Roraima	2,6	12,4	-2,4	-8,1	9,9
Rio Grande do Norte	4,7	-0,8	-9,6	-1,3	9,9
Santa Catarina	2,2	1,2	-8,8	12,9	9,5
Acre	11,8	5,8	-10,4	-1,8	9,4
Tocantins	8,7	-0,6	-9,5	-2,7	8,6
Amazonas	1,8	-5,6	-12,7	5,1	8,2
Espírito Santo	1,4	-4,6	-10,7	-7,6	8,1
Rondônia	9,4	0,1	-11,7	-1,1	7,4
Pará	4,0	-1,6	-11,0	-5,2	7,2
Rio Grande do Sul	3,9	-3,7	-6,0	3,3	7,0
Maranhão	8,5	-4,2	-7,0	1,7	6,3
Piauí	4,2	-2,6	-7,6	-5,3	3,8
Ceará	8,8	-2,8	-6,8	-4,9	3,5
Paraná	3,9	0,3	-7,1	2,1	2,8
São Paulo	4,1	-1,8	-5,5	-0,8	2,3
Mato Grosso	4,2	-6,8	-7,9	1,9	2,3
Paraíba	4,5	-7,9	-4,0	0,2	2,1
Minas Gerais	3,5	-2,0	-1,1	3,8	2,0
Rio de Janeiro	3,6	-0,7	-7,8	-3,7	1,6
Alagoas	8,3	-4,4	-8,9	7,1	0,8
Sergipe	2,4	5,3	-13,9	-7,5	0,4
Bahia	7,2	-4,8	-13,1	-2,6	-0,5
Mato Grosso do Sul	5,4	0,3	-6,1	-1,5	-0,5
Amapá	8,1	-1,7	-20,9	2,1	-1,2
Pernambuco	5,7	-4,3	-11,4	3,6	-1,3
Distrito Federal	2,9	-4,9	-11,2	-7,9	-2,4
Goiás	5,1	-9,1	-10,4	-9,3	-2,6
Brasil	4,3	-2,2	-6,9	-0,2	2,9

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, a Tabela 2.12 apresenta a variação anual das vendas para o acumulado do ano até o mês de junho para o varejo ampliado. Novamente, a crise nesse setor foi observada a partir de 2015, quando vinte e seis estados registraram queda, seguido por 2016, quando nenhum estado registrou desempenho positivo. Em 2017, catorze estados passaram a registrar crescimento nas vendas. Em 2018, apenas dois estados registraram queda nas vendas e outros vinte e cinco variação positiva. (Tabela 2.12).

As maiores altas nas vendas do varejo comum foram observadas nos estados de Rondônia (+13,4%); Acre (+11,0%); Amazonas (+12,6%); Roraima (+12,1%) e Pará (7,65). Por outro lado, apenas Distrito Federal (-3,0%) e Goiás (-0,5%) apresentaram baixa nas vendas do varejo ampliado nacional. O estado do Ceará está no grupo dos que apresentaram resultado positivo com alta de 4,2% no período tendo registrado o décimo maior crescimento. (Tabela 2.11).

Tabela 2.12: Variação anual das vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – Ac. até junho/2014 a 2018 (%)

Estados	2014	2015	2016	2017	2018
Rondônia	4,9	-5,9	-5,9	-10,7	13,4
Acre	4,5	-4,2	-11,6	-1,1	11,0
Amazonas	2,8	-6,0	-13,5	6,4	12,6
Roraima	1,1	4,8	-3,1	-2,2	12,1
Pará	0,6	-1,6	-12,7	-2,7	7,6
Amapá	-3,4	-3,2	-19,4	2,4	4,1
Tocantins	1,7	-8,0	-14,9	2,8	10,9
Maranhão	3,2	-3,8	-14,7	3,3	6,6
Piauí	2,1	-5,5	-8,7	-5,0	5,5
Ceará	6,3	-3,6	-12,0	-2,1	4,2
Rio Grande do Norte	3,2	-1,9	-10,3	-4,3	7,6
Paraíba	4,1	-11,8	-8,0	2,4	4,6
Pernambuco	3,8	-5,8	-15,2	2,3	1,8
Alagoas	6,1	-6,2	-10,5	5,2	2,7
Sergipe	3,6	-0,6	-16,4	-3,7	3,8
Bahia	2,9	-6,3	-12,4	-1,9	3,2
Minas Gerais	-0,5	-6,3	-4,9	-0,6	5,0
Espírito Santo	-5,2	-12,1	-17,6	0,2	15,0
Rio de Janeiro	2,0	-3,6	-11,7	0,5	1,8
São Paulo	-2,8	-6,7	-5,9	-1,8	6,8
Paraná	-2,3	-6,4	-7,9	1,0	4,1
Santa Catarina	3,2	-5,9	-11,5	12,2	13,0
Rio Grande do Sul	3,6	-9,2	-11,1	8,1	7,6
Mato Grosso do Sul	0,0	-3,2	-7,2	-3,2	2,5
Mato Grosso	1,3	-8,7	-10,0	2,8	9,4
Goiás	-1,1	-11,4	-14,3	-10,0	-0,5
Distrito Federal	2,8	-9,9	-14,6	2,8	-3,0

Brasil	0,1	-6,4	-9,3	0,3	5,8
--------	-----	------	------	-----	-----

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Setorial das Vendas do Varejo por Atividades

Por fim, a Tabela 2.13 apresenta a variação anual das vendas do varejo por setores para o acumulado do ano até junho nos últimos cinco anos. É possível confirmar também a tendência de recuperação observando o comportamento das vendas por setor. No Brasil, em 2017, apenas três setores haviam registrado crescimento nas vendas, aumentando esse número para seis setores no acumulado até junho de 2018. No Ceará, não foi diferente, quando em 2017, apenas três setores registraram crescimento, aumentando esse número para oito setores em 2018. (Tabela 2.13).

As maiores altas registradas no varejo cearense foram nas vendas de Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+13,0%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+13,0%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+4,6%); Hipermercados e supermercados (+4,4%) e Móveis (+3,6%). Por outro lado, as maiores baixas foram observadas nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (-12,3%); Combustíveis e lubrificantes (-3,4%) e Tecidos, vestuário e calçados (-2,0%). (Tabela 2.12).

Tabela 2.13: Variação anual das vendas do varejo por setores – Brasil e Ceará – Ac. até junho/2014 a 2018 (%)

Setores	Brasil					Ceará				
	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,6	3,9	-12,3	-0,9	7,9	22,4	2,1	-14,8	3,5	13,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,0	10,0	-16,2	-2,4	-0,5	19,2	-25,8	-17,3	15,3	13,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,5	-1,8	-3,4	-0,6	5,4	4,8	-5,3	-3,1	-2,3	4,6
Hipermercados e supermercados	3,4	-1,7	-3,4	-0,3	5,6	5,5	-5,0	-2,3	-8,9	4,4
Móveis	7,3	-13,0	-12,5	-5,6	-3,2	14,3	-4,2	-1,9	-31,1	3,6
Eletrodomésticos	4,8	-10,5	-15,7	8,8	3,5	13,4	-7,8	-25,6	-6,7	3,0
Móveis e eletrodomésticos	5,1	-11,3	-14,7	5,8	0,6	14,2	-6,5	-16,3	-17,3	2,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,1	5,1	0,2	-0,9	5,6	0,8	9,9	-2,6	9,2	1,0
Tecidos, vestuário e calçados	-0,7	-5,0	-11,1	5,7	-3,5	8,8	7,0	-2,2	-2,4	-2,0
Combustíveis e lubrificantes	4,1	-3,2	-9,8	-3,5	-6,0	11,5	-2,0	-4,3	-24,8	-3,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,7	-8,3	-17,0	-3,7	-8,8	-4,0	-14,2	-25,2	-15,4	-12,3

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

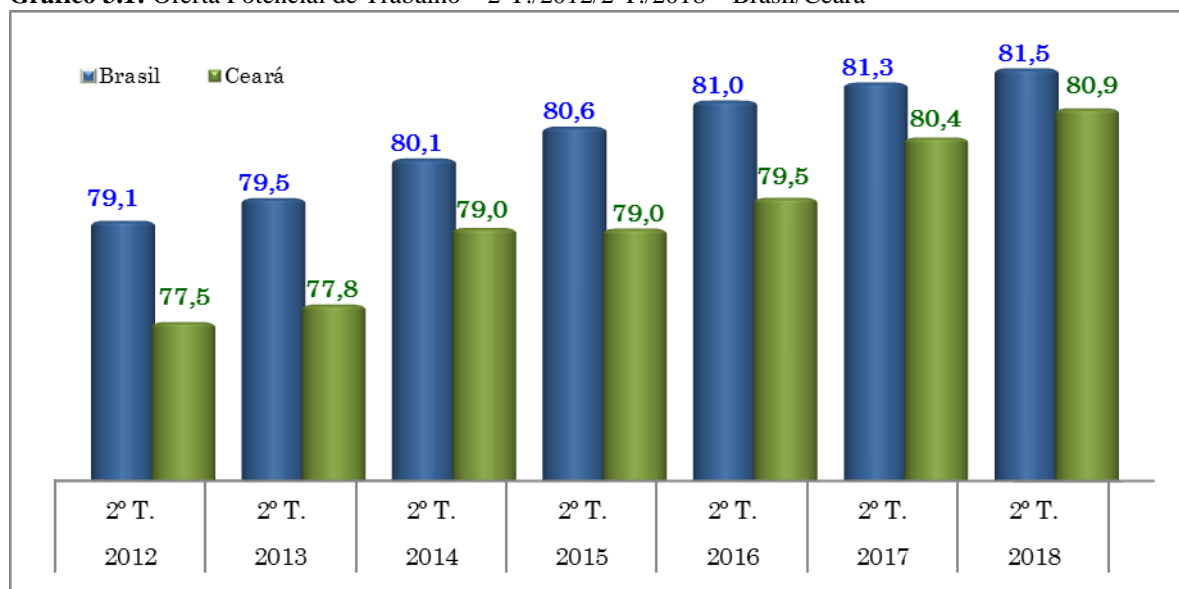
3 MERCADO DE TRABALHO

3.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Ceará

Esta seção descreve o Mercado de Trabalho do Ceará a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC).

Dados do Gráfico 3.1 revela que a Oferta Potencial de Trabalho do Brasil é maior que a do Estado do Ceará em razão da População em Idade de Trabalho (PIT) nacional crescer mais que a População Total (PT) do Estado do Ceará em termos proporcionais (mais adultos e menos crianças resulta em Oferta de Trabalho maior). Isso ocorre por conta do Bônus Demográfico (a Força de Trabalho expande mais velozmente que a População – o contingente de trabalhadores se amplia num ritmo maior).

Gráfico 3.1: Oferta Potencial de Trabalho – 2ºT./2012/2ºT./2018 – Brasil/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

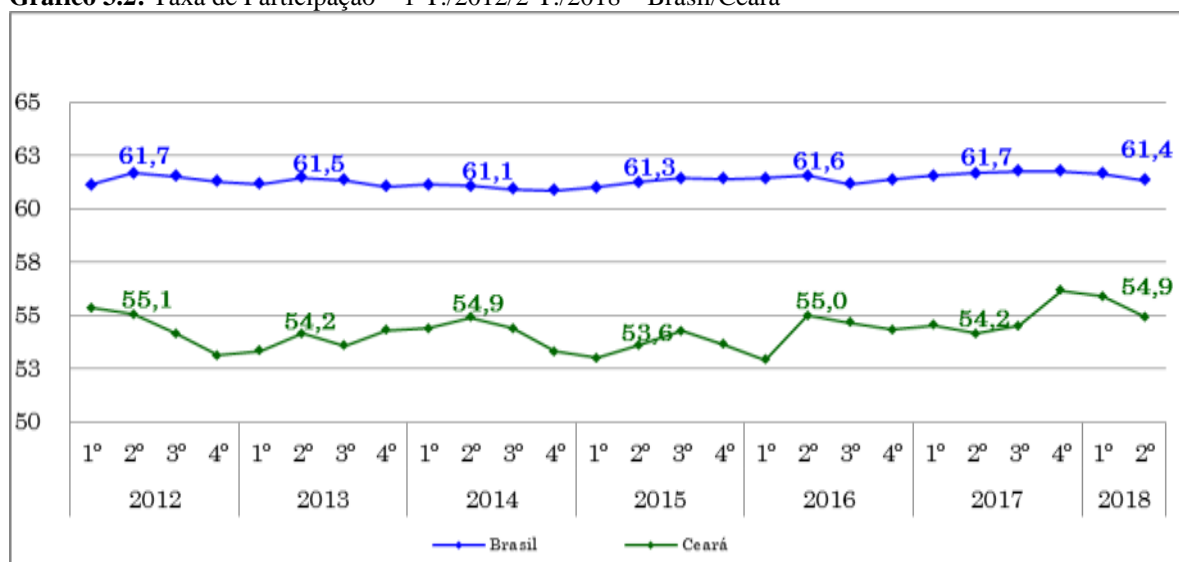
No segundo trimestre de 2018 a Oferta Potencial de Trabalho nacional esteve 0,6 ponto percentual acima da Oferta Potencial de Trabalho do Estado do Ceará. No segundo trimestre de 2012 essa diferença era de 1,6 ponto percentual.

O Gráfico 3.2 apresenta a Taxa de Participação (TP), também denominada de Taxa de Atividade, variável que mede a Efetiva Oferta de Trabalho em relação ao contingente populacional que estar apto a trabalhar – dada pela razão entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalhar (PIT).

A Taxa de Participação do Brasil ainda encontra-se 6,5 p.p. acima da Taxa de Participação do Ceará neste segundo trimestre de 2018. Como visto acima, em razão de um efeito eminentemente demográfico, 0,6 p.p. dessa diferença é explicada por uma menor Oferta

Potencial de Trabalho. Os restantes 5,9 p.p. podem ser explicados por questões relacionadas às especificidades do Mercado de Trabalho cearense ou mesmo diferenças de comportamento por conta de incentivos que levem trabalhadores a deixarem a condição de Atividade e ficarem na condição de não atividade.

Gráfico 3.2: Taxa de Participação – 1ºT./2012/2ºT./2018 – Brasil/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Em um cenário de recuperação da atividade econômica, como o observado desde o início de 2017, pessoas Fora da Força de Trabalho podem retornar para ela em razão de uma maior busca por ocupação. Esse contingente de pessoas deixa a condição de desalento e eleva a Taxa de Atividade, seja na condição de ocupação ou desocupação.

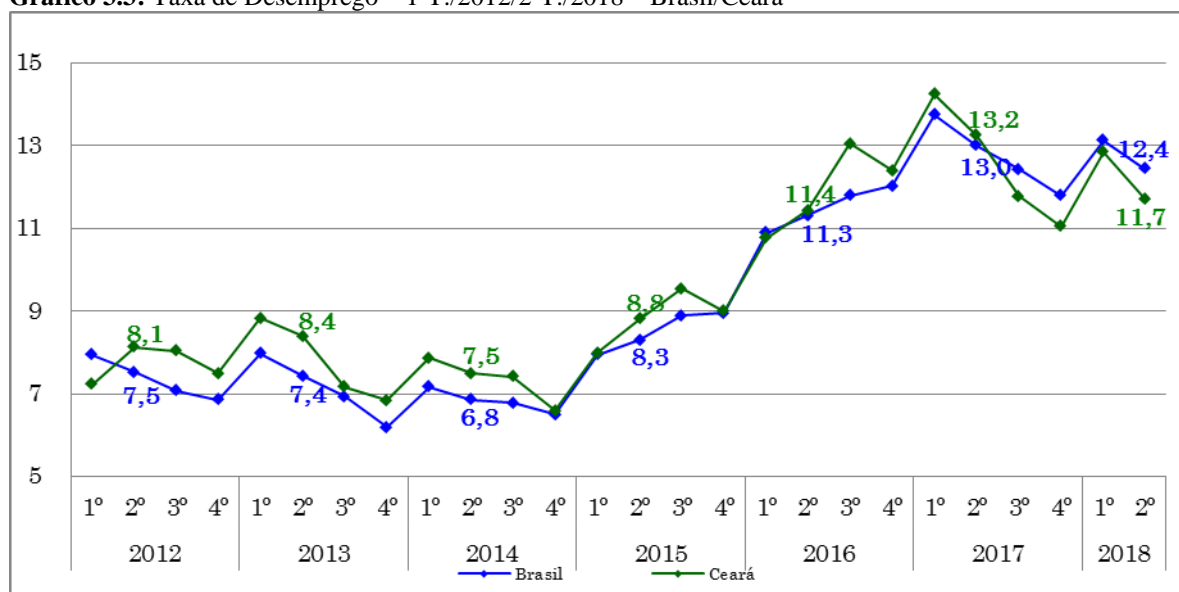
Desde o segundo trimestre de 2017 a Taxa de Participação cearense tem apresentado uma tendência pró-cíclica na medida em que a recuperação da atividade econômica tem aumentado o influxo da Força de Trabalho do Estado, embora neste último trimestre ela tenha recuado levemente.

Finalmente, o Gráfico 3.3 apresenta a Taxa de Desocupação (TD). É um indicador que mede uma pressão direta sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho, que foram a busca e estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

Após ter atingido a máxima na série histórica no primeiro trimestre de 2017, a Taxa de Desocupação do Ceará e do Brasil seguiram uma tendência declinante ao longo de 2017, principalmente no estado. No primeiro trimestre do ano o desemprego no Ceará, em razão de fatores sazonais, voltou a subir, vindo a recuar novamente neste segundo trimestre de 2018.

É importante também observar que o desemprego ainda encontra-se em patamares elevados. Por outro lado, o influxo de pessoas de Fora da Força de Trabalho para dentro da Força de Trabalho também tem pressionado a Taxa de Desocupação não permitindo, assim, uma queda mais intensa do desemprego no estado.

Gráfico 3.3: Taxa de Desemprego – 1ºT./2012/2ºT./2018 – Brasil/Ceará

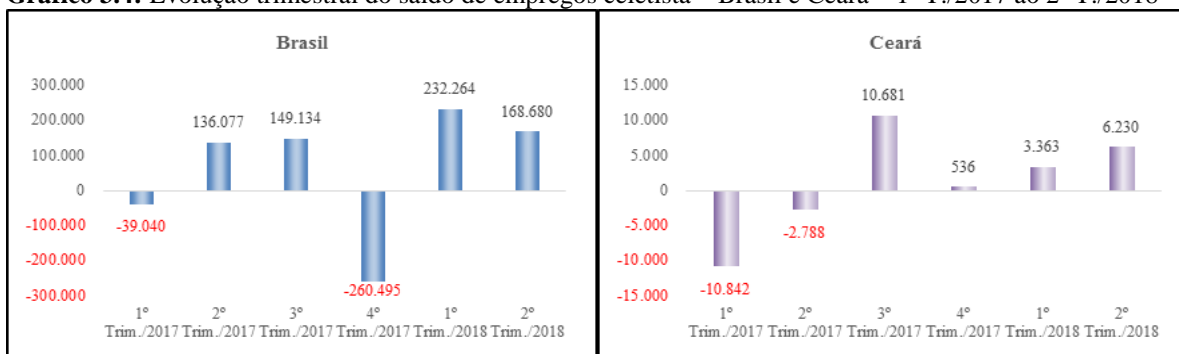


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

3.2. Emprego Formal

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, o Brasil passou a registrar saldo positivo de empregos com carteira assinada no acumulado para o primeiro trimestre de 2018 (232.264 vagas), repetindo esse feito num ritmo inferior no acumulado do segundo trimestre de 2018 (168.680 vagas). Esses resultados dão um nítido sinal de recuperação no ritmo de criação de vagas de empregos com carteira assinada na economia brasileira, especialmente quando comparado aos mesmos trimestres do ano de 2017. (Gráfico 3.4).

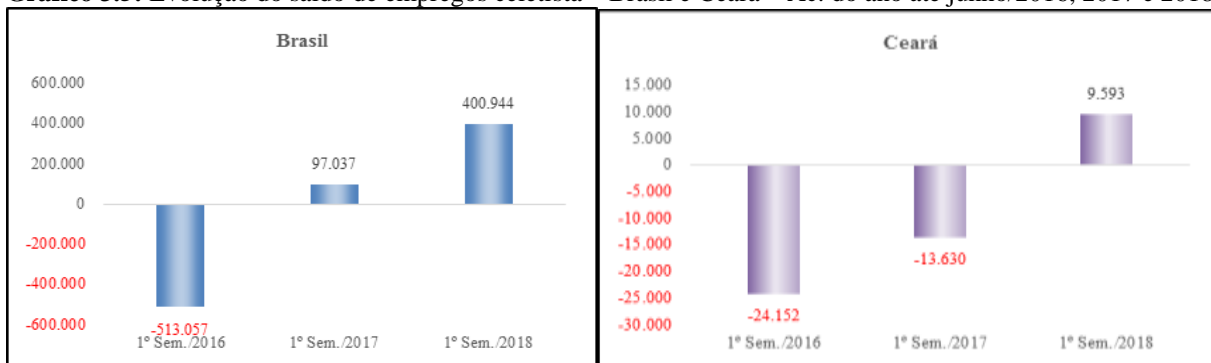
O estado do Ceará também apresentou um comportamento de recuperação no mercado formal de trabalho, ao gerar vagas tanto no acumulado do primeiro trimestre de 2018 (3.363 vagas), e mais ainda no acumulado do segundo trimestre do ano (6.230 vagas), revelando uma dinâmica de criação mais robusta no último período. (Gráfico 3.4).

Gráfico 3.4: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista – Brasil e Ceará – 1º T./2017 ao 2º T./2018

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Como resultado, têm-se que o país gerou no acumulado do ano até junho de 2018 um total de 400.944 vagas de trabalho celetista, número bem diferente daquele registrado em 2016, quanto o país registrou fechamento de 513.057 postos de trabalho, e bem acima do saldo positivo de empregos gerados no mesmo período de 2017 de 97.037 vagas. Vale destacar que a geração de vagas no período nos últimos dois anos não supera a destruição de empregos observada em igual período de 2016.

O Ceará também apresentou criação de vagas de trabalho celetista no acumulado do ano até junho de 2018 de 9.593 vagas, recuperando apenas em parte a destruição de postos de trabalho celetista observada no período nos últimos dois anos. Mas já revelando sinais de um início de recuperação nas contratações.

Gráfico 3.5: Evolução do saldo de empregos celetista – Brasil e Ceará – Ac. do ano até junho/2016, 2017 e 2018

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Evolução do Saldo de Empregos Celetistas no Contexto Nacional

A Tabela 3.1 abaixo apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetistas entre o segundo trimestre de 2017 e o segundo trimestre de 2018 para o Brasil e estados. No segundo trimestre de 2017, um total de dezoito estados apresentaram criação de vagas de

trabalho com carteira assinada no país, esse número aumentou para vinte e um no terceiro trimestre e caiu para apenas seis no quarto trimestre do mesmo ano.

O primeiro trimestre de 2018 aparece com dezessete estados registrando criação de empregos. No segundo trimestre de 2018, vinte e um estados acumularam um saldo positivo de 192.582 vagas e outros seis estados acumularam um saldo negativo de 23.902 vagas, fazendo com que o país acumulasse nesse período um saldo positivo de 168.680 vagas.

Os estados que apresentaram os maiores saldos positivos de empregos celetistas no segundo trimestre de 2018 foram: Minas Gerais (+57.611 vagas); São Paulo (+54.968 vagas); Goiás (+13.252 vagas); Mato Grosso (+9.905 vagas) e Bahia (+8.935 vagas). Por outro lado, seis estados apresentaram saldos negativos de empregos cujos maiores para o referido período foram: Rio Grande do Sul (-18.236 vagas); Santa Catarina (-2.797 vagas); Alagoas (-2.225 vagas); Roraima (-556 vagas) e Paraíba (-64 vagas).

O estado do Ceará foi o nono a gerar empregos no país no acumulado do segundo trimestre de 2018 (+6.230 vagas), superado dentro do Nordeste apenas por Bahia e Maranhão. (Tabela 3.1).

Tabela 3.1: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista – Brasil e Estados - 2º T./2017 ao 2º T./2018

Estados	2º Trim./2017	Rank.	3º Trim./2017	Rank.	4º Trim./2017	Rank.	1º Trim./2018	Rank.	2º Trim./2018	Rank.
Minas Gerais	56.780	1	-9.770	26	-35.646	26	34.940	4	57.611	1
São Paulo	55.884	2	49.273	1	-125.470	27	88.239	1	54.968	2
Goiás	22.270	3	6.111	12	-21.451	25	19.786	6	13.252	3
Mato Grosso	9.841	5	12.326	4	-15.322	23	13.138	7	9.905	4
Bahia	10.961	4	6.386	11	-12.311	21	12.941	8	8.932	5
Espírito Santo	7.393	6	-3.912	25	-3.640	16	6.561	9	7.151	6
Maranhão	2.957	8	4.810	13	-537	8	487	17	6.527	7
Pará	-1.527	23	6.621	9	-4.665	17	-3.722	21	6.526	8
Ceará	-2.788	24	10.681	5	536	5	3.363	12	6.230	9
Distrito Federal	-602	20	4.786	14	-2.939	15	6.079	10	6.189	10
Paraná	6.707	7	6.985	7	-17.961	24	27.970	5	4.146	11
Rio de Janeiro	-11.879	26	-12.715	27	-15.291	22	-8.878	25	2.189	12
Tocantins	1.646	11	2.521	17	-957	12	1.022	13	2.062	13
Piauí	2.642	10	2.181	18	-1.157	13	691	16	2.033	14
Mato Grosso do Sul	201	17	-2.299	24	-8.723	20	5.398	11	1.672	15
Rondônia	1.089	12	3.480	16	-889	11	751	14	831	16
Pernambuco	2.733	9	21.174	2	1.310	4	-20.473	26	761	17
R. G. Norte	-219	19	6.513	10	-2.239	14	-4.568	23	693	18
Amapá	638	15	332	21	-550	9	692	15	367	19
Acre	578	16	849	20	-746	10	-1.022	20	296	20
Sergipe	972	13	-101	22	4.551	2	-3.748	22	241	21
Amazonas	-1.040	21	4.749	15	2.054	3	-420	19	-24	22
Paraíba	-1.054	22	6.795	8	-16	7	-5.981	24	-64	23
Roraima	732	14	1.260	19	138	6	-103	18	-556	24
Alagoas	-4.412	25	7.254	6	17.079	1	-21.954	27	-2.225	25
Santa Catarina	194	18	15.128	3	-8.649	19	36.534	3	-2.797	26
Rio Grande do Sul	-24.620	27	-2.284	23	-7.004	18	44.541	2	-18.236	27
Brasil	136.077	---	149.134	---	-260.495	---	232.264	---	168.680	---

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 3.2 a seguir apresenta a evolução do saldo de empregos celetista para o acumulado do ano até junho dos últimos três anos para o Brasil e estados. No acumulado do primeiro semestre de 2016 apenas quatro estados apresentaram criação de vagas de trabalho com carteira assinada refletindo o estopim da crise macroeconômica vivida pelo país. Esse número aumentou para dezesseis estados no primeiro semestre de 2017, ano que se revelou como início da recuperação do mercado de trabalho.

No primeiro trimestre de 2018, dezoito estados apresentaram e acumularam um saldo positivo de 466.780 vagas e outros nove estados acumularam um saldo negativo de 65.836 vagas, fazendo o país apresentar um saldo positivo de 400.494 vagas de trabalho celetista, mais de quatro vezes superior ao registrado em igual período de 2017, confirmando-se a trajetória de recuperação das vagas perdidas no mercado de trabalho nacional.

Os estados que apresentaram os maiores saldos positivos de empregos formais no acumulado do primeiro semestre de 2018 foram: São Paulo (+143.207 vagas); Minas Gerais (+92.551 vagas); Santa Catarina (+33.737 vagas); Goiás (+33.038 vagas) e Paraná (+32.116 vagas). Por outro lado, outros nove estados apresentaram saldos negativos de empregos cujos maiores para o referido período foram observados nos estados de: Alagoas (-24.179 vagas); Pernambuco (-19.712 vagas); Rio de Janeiro (-6.689 vagas); Paraíba (-6.045 vagas) e Rio Grande do Norte (-3.875 vagas). O estado do Ceará foi o décimo primeiro a gerar empregos no país no acumulado do primeiro semestre de 2018 (+9.593 vagas), superado dentro do Nordeste apenas pelo estado da Bahia. (Tabela 3.2).

Tabela 3.2: Evolução do saldo de empregos celetista – Brasil e Estados – Ac. do ano até jun./2016, 2017 e 2018

Estados	1º Sem./2016	Rank.	1º Sem./2017	Rank.	1º Sem./2018	Rank.
São Paulo	-132.318	27	69.605	1	143.207	1
Minas Gerais	-3.980	8	68.817	2	92.551	2
Santa Catarina	-7.338	10	22.775	5	33.737	3
Goiás	19.815	1	42.036	3	33.038	4
Paraná	-16.238	21	24.324	4	32.116	5
Rio Grande do Sul	-12.767	14	862	13	26.305	6
Mato Grosso	6.447	2	19.449	6	23.043	7
Bahia	-32.929	24	5.709	9	21.873	8
Espírito Santo	-15.340	20	5.710	8	13.712	9
Distrito Federal	-11.526	12	102	15	12.268	10
Ceará	-24.152	22	-13.630	24	9.593	11
Mato Grosso do Sul	3.299	3	5.998	7	7.070	12
Maranhão	-12.830	15	-2.151	18	7.014	13
Tocantins	-326	5	2.539	10	3.084	14
Pará	-15.169	18	-8.462	22	2.804	15
Piauí	-8.027	11	2.241	11	2.724	16
Rondônia	-4.552	9	-676	17	1.582	17
Amapá	-2.526	7	379	14	1.059	18
Amazonas	-14.627	17	-4.775	20	-444	19
Roraima	370	4	1.264	12	-659	20
Acre	-1.122	6	67	16	-726	21
Sergipe	-11.981	13	-5.354	21	-3.507	22
R. G. Norte	-15.221	19	-3.472	19	-3.875	23
Paraíba	-13.250	16	-10.175	23	-6.045	24
Rio de Janeiro	-102.973	26	-64.184	27	-6.689	25
Pernambuco	-51.458	25	-29.199	25	-19.712	26
Alagoas	-32.338	23	-32.762	26	-24.179	27
Brasil	-513.057	---	97.037	---	400.944	---

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Evolução do Saldo de Empregos Celetistas por Atividades

A Tabela 3.3 abaixo apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores no Brasil entre o segundo trimestre de 2017 e o segundo trimestre de 2018. Dos oito setores investigados, metade deles registraram saldo positivo de empregos no segundo trimestre de 2017 (Agropecuária, Serviços, Indústria de transformação e Administração pública).

Já no segundo trimestre de 2018, nota-se que o número de setores com saldo positivo de empregos no mercado de trabalho formal nacional aumentou para seis. Os maiores saldos positivos nesse período foram registrados por: Serviços (+91.950 vagas); Agropecuária (+75.611 vagas); Construção civil (+19.276 vagas); SIUP (+3.781 vagas); Extrativa Mineral (+889 vagas) e Administração pública (+426 vagas) que acumularam um saldo positivo de 191.933 vagas.

Por outro lado, dois setores registraram destruição de postos de trabalho nesse período: Comércio (-20.400 vagas) e Indústria de transformação (-2.853 vagas), que acumularam um saldo negativo de 23.253 vagas.

Tabela 3.3: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores – Brasil – 2º T./2017 ao 2º T./2018

Setores	2º Trím./2017	Rank.	3º Trím./2017	Rank.	4º Trím./2017	Rank.	1º Trím./2018	Rank.	2º Trím./2018	Rank.
Serviços	32.343	2	55.113	2	-90.416	7	191.959	1	91.950	1
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	105.858	1	-10.991	8	-73.588	5	-3.807	7	75.611	2
Construção Civil	-12.233	8	8.390	4	-81.099	6	22.855	3	19.276	3
Serviços Industr de Utilidade Pública	-1	5	-2.539	7	-3.072	2	2.578	5	3.781	4
Extrativa mineral	-340	6	-391	5	-4.173	3	304	6	889	5
Administração Pública	4.836	4	-483	6	-19.287	4	13.269	4	426	6
Indústria de transformação	9.267	3	56.210	1	-107.164	8	78.419	2	-2.853	7
Comércio	-3.653	7	43.825	3	118.304	1	-73.313	8	-20.400	8
Total	136.077	---	149.134	---	-260.495	---	232.264	---	168.680	---

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 3.4, por sua vez, apresenta a evolução do saldo de empregos celetista por setores no Brasil para o acumulado do ano até junho nos últimos três anos. No acumulado do ano até junho de 2016, apenas dois setores apresentaram saldo positivo de empregos, Agropecuária (+93.384 vagas) e Administração pública (+19.096) acumulando um saldo positivo de 112.480 vagas. Esse saldo positivo foi totalmente anulado pela destruição de vagas observada nos demais setores, principalmente pelo Comércio (-248.434 vagas) e Indústria de transformação (-139.189 vagas).

Diante o exposto é possível afirmar que se não fosse o setor Agropecuário e a Administração pública a realidade do mercado de trabalho nacional teria sido muito pior. No primeiro semestre de 2017, nota-se uma nítida recuperação no tocante ao número de setores que passaram a registrar saldos positivos. Todavia, os setores do Comércio, seguido da Construção civil e da Extrativa mineral ainda sentiam fortemente os efeitos da crise. (Tabela 3.4).

No entanto, no primeiro semestre de 2018, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma significativa melhora quando comparado com os últimos dois anos, com sete setores apresentando saldos positivos com destaque para Serviços (+283.909 vagas); Indústria de transformação (+75.566 vagas) e Agropecuária (+71.804 vagas). Apenas o setor de Comércio apresentou destruição de vagas de empregos. (Tabela 3.4).

Tabela 3.4: Evolução do saldo de empregos celetista por setores – Brasil – Ac. ano até jun./2016, 2017 e 2018

Setores	1º Sem./2016	Rank.	1º Sem./2017	Rank.	1º Sem./2018	Rank.
Serviços	-117.024	6	74.982	2	283.909	1
Indústria de transformação	-139.189	7	29.647	3	75.566	2
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	93.384	1	121.760	1	71.804	3
Construção Civil	-111.922	5	-30.678	7	42.131	4
Administração Pública	19.096	2	18.606	4	13.695	5
Serviços Industr de Utilidade Pública	-4.151	3	1.485	5	6.359	6
Extrativa mineral	-4.817	4	-1.365	6	1.193	7
Comércio	-248.434	8	-117.400	8	-93.713	8
Total	-513.057	---	97.037	---	400.944	---

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 3.5 a seguir apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores no Ceará entre o segundo trimestre de 2017 e o segundo trimestre de 2018. Dos oito setores investigados, também metade deles registraram saldo positivo de empregos no segundo trimestre de 2017 (Agropecuária, SIUP, Administração pública e Construção civil).

Já no segundo trimestre de 2018, nota-se que o número de setores com saldo positivo de empregos no mercado de trabalho formal cearense aumentou para cinco. Os maiores saldos positivos nesse período foram registrados por: Serviços (+4.992 vagas); Construção civil (+2.590 vagas); SIUP (+54 vagas); Administração pública (+46 vagas) e Extrativa Mineral (+37 vagas) que acumularam um saldo positivo de 7.719 vagas.

Por outro lado, três setores registraram destruição de postos de trabalho nesse período: Comércio (-740 vagas); Indústria de transformação (-659 vagas) e Agropecuária (-90 vagas). A diferença resultou num saldo positivo para o estado de 6.230 vagas.

Tabela 3.5: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores – Ceará – 2º T./2017 ao 2º T./2018

Setores	2º Trim./2017	Rank.	3º Trim./2017	Rank.	4º Trim./2017	Rank.	1º Trim./2018	Rank.	2º Trim./2018	Rank.
Serviços	-702	6	3.828	1	1.047	2	3.186	2	4.992	1
Construção Civil	55	4	654	5	-1.794	7	54	6	2.590	2
Serviços Industr de Utilidade Pública	231	2	347	6	-2	3	94	4	54	3
Administração Pública	167	3	154	7	-30	4	219	3	46	4
Extrativa mineral	-32	5	-5	8	-121	5	61	5	37	5
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	308	1	2.455	2	-1.529	6	-1.186	7	-90	6
Indústria de transformação	-1.785	8	1.664	3	-2.304	8	4.328	1	-659	7
Comércio	-1.030	7	1.584	4	5.269	1	-3.393	8	-740	8
Total	-2.788	---	10.681	---	536	---	3.363	---	6.230	---

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 3.6, por sua vez, apresenta a evolução do saldo de empregos celetista por setores no Ceará para o acumulado do ano até junho nos últimos três anos. No acumulado do ano até junho de 2016, apenas um setor apresentou saldo positivo de empregos, Serviços

(+601 vagas). Por outro lado, sete setores registraram saldo negativos com destaque para Comércio (-9.811 vagas) e Indústria de transformação. (-6.444 vagas).

O número de setores com saldo positivos aumentou para dois no acumulado do primeiro semestre de 2017, revelando um ritmo de recuperação mais lento quando comparado com o mercado de trabalho nacional. Os empregos foram criados na Administração pública (+410 vagas) e nos Serviços Industriais de Utilidade Pública (+146 vagas). O Comércio (-6.410 vagas) e a Indústria de transformação (-3.135 vagas) ainda sentiam os efeitos da crise.

A recuperação só foi observada no primeiro semestre de 2018, quando seis dos oito setores passaram a registrar saldo positivo de empregos com destaque para Serviços (+8.178 vagas); Indústria de transformação (+3.669 vagas) e Construção civil (+2.644 vagas) que passaram a registrar significativo saldo positivo comparado a destruição de vagas observada em igual período de 2017.

Tabela 3.6: Evolução do saldo de empregos celetista por setores – Ceará – Ac. ano até jun./2016, 2017 e 2018

Setores	1º Sem./2016	Rank.	1º Sem./2017	Rank.	1º Sem./2018	Rank.
Serviços	601	1	-2.062	6	8.178	1
Indústria de transformação	-6.444	7	-3.135	7	3.669	2
Construção Civil	-5.049	6	-1.085	4	2.644	3
Administração Pública	-105	2	410	1	265	4
Serviços Industr de Utilidade Pública	-1.520	4	146	2	148	5
Extrativa mineral	-140	3	-197	3	98	6
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	-1.684	5	-1.297	5	-1.276	7
Comércio	-9.811	8	-6.410	8	-4.133	8
Total	-24.152	---	-13.630	---	9.593	---

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

4 COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Ceará no segundo trimestre de 2018 totalizaram US\$ 536,4 milhões, valor maior do que o verificado no primeiro trimestre do ano que foi de US\$ 488,9 milhões. Quando comparado ao segundo trimestre de 2017 verificou-se um crescimento de 21,8%. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 689,3 milhões, valor acima do registrado no primeiro trimestre do ano, que foi de US\$ 612,3 milhões. Quando comparada ao mesmo período do ano anterior, as importações do segundo trimestre apresentaram crescimento de 31,4%. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit de US\$ -152,9 milhões no segundo trimestre de 2018, déficit substancialmente maior ao registrado no mesmo período do ano passado. Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará, no segundo trimestre de 2018, foi de US\$ 1.225,8 bilhão, com aumento de 27% em relação ao mesmo período de 2017. (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1: Balança Comercial Cearense (US\$ milhão – FOB) – 2º trimestre 2017-2018



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

No acumulado do primeiro semestre de 2018, as exportações registraram valor recorde para o período, atingindo o montante de US\$ 1,025 bilhão, resultando em um crescimento de 6,3% comparado ao mesmo período de 2017. Quanto às importações, estas obtiveram aumento de 17,6% no primeiro semestre do ano, na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo o valor de US\$ 1,3 bilhão. Diante desses resultados a balança comercial cearense está com déficit maior, com US\$ 276,6 milhões, valor quase duas vezes maior ao registrado no mesmo período de 2017 (US\$ -142,5 milhões). Por fim, a corrente de comércio exterior

estadual, no acumulado de janeiro a junho de 2018, alcançou o valor de US\$ 2,3 bilhões, tendo registrado crescimento de 12,3% na comparação com os mesmos meses do ano anterior. O Estado de São Paulo continua liderando as exportações no ranking nacional, seguido do Rio de Janeiro, com participação de 21,9% e 9,9%, respectivamente. O Ceará encontra-se na 15ª colocação, com participação 0,91%, percentual superior ao registrado no período primeiro semestre de 2017 (0,77%).

Pelo lado das importações, a participação de São Paulo foi de 36,6% das compras externas brasileiras no segundo trimestre de 2018, seguido de Santa Catarina, com 9,14%. O Ceará está no 13º lugar no ranking, com 1,67% das importações nacionais, participação superior ao observado em 2017, quando foi 1,48%.

No cenário regional, o Ceará é o terceiro maior exportador, contribuindo com 12,21% do total exportado pelo Nordeste no segundo trimestre de 2018. Nas importações o Ceará também ocupa o terceiro lugar, com participação de 14,56%, ficando atrás da Bahia e Pernambuco.

Exportações

A pauta de exportação cearense no segundo trimestre de 2018 continuou sendo liderada pelos *produtos metalúrgicos*, participando com 60,32% do valor total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ de 323,6 milhões. Em comparação com o mesmo período de 2017, houve crescimento de 51,3% do valor exportado desse segmento.

Calçados e suas partes ocuparam o segundo lugar, com valor de US\$ 62,2 milhões, participando com 11,61% do total exportado no período. No segundo trimestre de 2017, esse grupo participava com 15,34% das exportações do estado. Houve uma queda de 7,84% na venda desse setor comparada ao mesmo período do ano anterior.

Em terceiro lugar, *Castanha de caju* participou com 4,45%, exportando o valor de US\$ 23,8 milhões, registrando um crescimento de 8,38%, comparado ao mesmo período de 2017.

Dos principais produtos exportados, registraram queda: *Couros e Peles* (-35,01%); *Produtos da indústria de alimentos e bebidas* (-27,88%); *Têxteis* (-15,37%); *Obras de pedra, gesso e matérias semelhantes* (-10,29%); *Calçados e suas partes* (-7,84%); e *Ceras Vegetais* (-4,54%).

Os produtos que obtiveram maior variação positiva comparada ao segundo trimestre de 2017 foram: *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes* (2.418,35%); *Frutas* (104,05%); *Produtos Metalúrgicos* (51,30%); e *Castanha de caju* (8,38%).

Tabela 4.1: Principais produtos exportados – 2º trimestre – 2017-2018 (US\$ FOB)

Descrição dos produtos	2º trim. 2017		2º trim. 2018		Var %
	US\$	Part. %	US\$	Part. %	
Produtos Metalúrgicos	213.854.469	48,57	323.568.741	60,32	51,30
Calçados e suas partes	67.547.059	15,34	62.253.330	11,61	-7,84
Castanha de caju, fresca ou seca, com casca	22.004.697	5,00	23.848.900	4,45	8,38
Couros e Peles	32.603.270	7,41	21.189.356	3,95	-35,01
Produtos Ind. de Alim. e Beb.	27.808.313	6,32	20.056.413	3,74	-27,88
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	657.089	0,15	16.547.787	3,08	2.418,35
Ceras Vegetais	14.941.080	3,39	14.262.659	2,66	-4,54
Têxteis	10.644.619	2,42	9.008.852	1,68	-15,37
Obras de pedra, gesso, e matérias semelhantes	5.385.084	1,22	4.830.813	0,90	-10,29
Frutas (Exceto Castanha de caju)	2.210.053	0,50	4.509.637	0,84	104,05
<i>Principais Produtos</i>	397.655.733	90,32	500.076.488	93,23	25,76
<i>Demais produtos</i>	42.616.019	9,68	36.321.791	6,77	-14,77
Ceará	440.271.752	100,00	536.398.279	100,00	21,83

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Destinos

Os Estados Unidos, México e Turquia foram os principais destinos das exportações cearenses, juntos respondendo por 60% de tudo que foi exportado pelo estado no segundo trimestre de 2018.

Os Estados Unidos participaram com 31,25% das exportações cearenses no período, seguido por México (15,57%), Turquia (13,51%), Polônia (7,92%), Argentina (4,19%), Áustria (3,59%), Canadá (3,02%), Holanda (1,64%), Itália (1,47%) e Peru (1,45%). Juntos, os dez principais compradores de produtos cearenses adquiriram 83,61% de todos os produtos exportados pelo Ceará no segundo trimestre de 2018; no mesmo período em 2017, os mesmos países concentravam apenas 67,41% das exportações cearenses.

Dos principais países compradores de produtos cearenses, os que obtiveram maior queda do valor adquirido foram: Argentina (-31,44%) e Peru (-23,85%).

Os países para os quais foram observados maior crescimento nas exportações no segundo trimestre de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017, foram: Polônia (5.287,94%); Turquia(335,47%); Canadá (261,48%); Áustria (47,67%) e Holanda (46,02%).

Cabe destaque para as exportações para a Polônia que em 2017 não possuía participação expressiva em 2017, participando com apenas 0,18%, em 2018, os principais produtos enviados para esse país foram: *produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado e Calçados*.

Para a Turquia, segundo maior crescimento de exportações observado, foram exportados principalmente: *produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, Ceras vegetais e Calçados*.

Tabela 4.2: Principais Destinos das Exportações (US\$ FOB) – 2º Trimestre de 2017-2018

Principais países	2º trim. 2017		2º trim. 2018		Var % 2018/2017
	US\$	Part. %	US\$	Part. %	
Estados Unidos	123.676.043	28,09	167.633.774	31,25	35,54
México	81.943.800	18,61	83.541.539	15,57	1,95
Turquia	16.642.062	3,78	72.472.009	13,51	335,47
Polônia	788.531	0,18	42.485.565	7,92	5287,94
Argentina	32.765.278	7,44	22.465.058	4,19	-31,44
Áustria	13.045.578	2,96	19.264.469	3,59	47,67
Canadá	4.477.093	1,02	16.183.721	3,02	261,48
Países Baixos (Holanda)	6.008.547	1,36	8.773.414	1,64	46,02
Itália	7.259.546	1,65	7.887.308	1,47	8,65
Peru	10.200.574	2,32	7.767.426	1,45	-23,85
<i>Principais países</i>	296.807.052	67,41	448.474.283	83,61	51,10
<i>Demais países</i>	143.464.700	32,59	87.923.996	16,39	-38,71
Total	440.271.752	100,00	536.398.279	100,00	21,83

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Importações

As importações cearenses no segundo trimestre de 2018 concentraram-se na compra de *combustíveis minerais* e outros derivados, com participação de 43,36%. Dentro desse grupo destaca-se a importação de *Hulha betuminosa* que representou 58,46% do total do grupo e *Outras gasolinas*, que representou 13,32% do grupo.

Produtos da indústria química foi o segundo segmento de maior valor importado no segundo trimestre, com valor de US\$ 74,3 milhões, com um aumento de 68,8% das importações desse grupo comparado ao segundo trimestre de 2017.

Máquinas, materiais elétricos e suas partes tiveram participação de 8,43% do total importado, ficando assim no 3º lugar do ranking, tendo o estado importado mais desse grupo no segundo trimestre de 2018 (92,74%), em comparação ao mesmo período de 2017.

As importações de *Produtos Metalúrgicos* tiveram um pequeno aumento na participação, passando de 8,29% para 8,38%, e crescimento de 32,8%.

As importações de Cereais ficaram em quinto lugar na pauta importadora cearense, embora tenha tido crescimento do valor importado do produto em comparação a 2017 (8,83%), e perda na participação na pauta exportadora, passando de 8,34% para 6,91%.

Dos principais produtos importados, registraram queda: *Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes* (-34,34%); *Óleos de dendê* (-31,90%); *Plásticos, Borrachas e suas obras* (-28,55%); e *Têxteis* (-10,95%).

Os produtos importados no segundo trimestre de 2018 que obtiveram maior variação positiva comparada ao mesmo período em 2017 foram: *Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes*

(734,09%); *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes* (92,94%); *Combustíveis minerais, óleos minerais; matérias betuminosas e ceras minerais* (70,13%); *Produtos da indústria química* (68,78%); *Produtos Metalúrgicos* (32,80%) e *Cereais* (8,83%).

Tabela 4.3: Principais Produtos Importados (US\$ FOB) – 2º Trimestre 2017-2018

Principais produtos	2º trim. 2017		2º trim. 2018		Var (%) 2018/ 2017
	US\$	Part. %	US\$	Part. %	
Combustíveis minerais e outros derivados	175.695.087	33,49	298.915.070	43,36	70,13
Produtos Ind. Química	44.006.153	8,39	74.274.941	10,77	68,78
Máquinas, materiais elétricos e suas partes	30.123.332	5,74	58.118.508	8,43	92,94
Produtos Metalúrgicos	43.501.248	8,29	57.770.324	8,38	32,80
Cereais	43.782.138	8,34	47.649.087	6,91	8,83
Têxteis	36.061.987	6,87	32.114.165	4,66	-10,95
Reatores nucleares, máquinas e suas partes	47.707.386	9,09	31.323.820	4,54	-34,34
Plásticos, Borrachas e suas obras	24.042.602	4,58	17.178.867	2,49	-28,55
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	1.577.083	0,30	13.154.317	1,91	734,09
Óleos de dendê	17.773.946	3,39	12.104.009	1,76	-31,90
<i>Principais produtos</i>	464.270.962	88,49	642.603.108	93,22	38,41
<i>Demais produtos</i>	60.380.383	11,51	46.770.121	6,78	-22,54
Ceará	524.651.345	100,00	689.373.229	100,00	31,40

Fonte: SECEX/MDIC Elaboração: IPECE.

Origens

A China novamente foi o país de onde o Ceará mais importou no segundo trimestre de 2018, correspondendo ao valor de US\$ 159,2 milhões, com destaque para *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes* (31,23%); *Produtos Metalúrgicos* (25,73%); *Produtos Ind. Química* (18,45%); e *Têxteis* (8,63%). O país participa com 23% do total da pauta cearense contra 16,37% no segundo trimestre de 2017. As importações oriundas desse país apresentaram crescimento (85,39%) quando comparadas ao mesmo período de 2017.

As importações provenientes dos Estados Unidos foram da ordem de 140,2 milhões, apresentando aumento de 137,76% em relação ao segundo trimestre de 2017. Os principais segmentos de produtos importados desse país foram: *Hulha betuminosa, não aglomerada* (44,90%); *Gasóleo (óleo diesel)* (16,78%) e *Outras gasolinas, exceto para aviação* (11,05%).

A Colômbia participou com 10,98% das importações cearenses no período, seguido por Argentina (7,06%), Alemanha (4,76%), Holanda (4,35%), Trinidad e Tobago (3,39%), Austrália (2,93%), Moçambique (2,66%) e Índia (2,5%). Juntos, os dez principais fornecedores de produtos cearenses venderam 82% de todos os produtos adquiridos pelo Ceará no segundo trimestre de 2018; no mesmo período em 2017, os mesmos países concentravam apenas 64,8% das importações cearenses.

Tabela 4.4: Principais Origens dos Produtos Importados (US\$ FOB) – 2º Trimestre 2017-2018

Principais países	2º trim. 2017		2º trim. 2018		Var % 2018/2017
	US\$	Part. %	US\$	Part. %	
China	85.868.999	16,37	159.191.029	23,09	85,39
Estados Unidos	58.991.510	11,24	140.258.051	20,35	137,76
Colômbia	39.693.321	7,57	75.722.882	10,98	90,77
Argentina	48.512.270	9,25	48.643.884	7,06	0,27
Alemanha	19.939.930	3,80	32.845.448	4,76	64,72
Países Baixos (Holanda)	911.471	0,17	29.982.108	4,35	3189,42
Trinidad e Tobago	0	0,00	23.389.129	3,39	-
Austrália	31.047.216	5,92	20.205.596	2,93	-34,92
Moçambique	34.731.883	6,62	18.315.426	2,66	-47,27
Índia	20.299.224	3,87	17.263.490	2,50	-14,95
<i>Principais países</i>	339.995.824	64,80	565.817.043	82,08	66,42
<i>Demais países</i>	184.655.521	35,20	123.556.186	17,92	-33,09
Ceará	524.651.345	100,00	689.373.229	100,00	31,40

Fonte: SECEX/MDIC Elaboração: IPECE.

5 FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas cearenses, no segundo trimestre de 2018, apresentaram comportamento adverso, quando se compara com idêntico período do ano anterior, e distinto daquele observado no primeiro trimestre de 2018, que indicava uma recuperação das receitas estaduais. Assim, pode-se observar na Tabela 5.1 que houve uma redução de 0,3% das “Receitas Correntes”, quando se compara o segundo trimestre de 2018 com idêntico período de 2017, contribuíram para esse desempenho a redução das “Receitas Tributárias” e das “Outras Receitas Correntes”. Já no acumulado do ano constata-se o crescimento de 1,5% das “Receitas Correntes”, influenciado pelo crescimento das “Receitas Tributárias” e “Transferências Correntes”.

Tabela 5.1: Receitas do Governo Estadual no Segundo trimestre de 2017 e 2018 (R\$1.000,00 de 2º trim. 2018)

Descrição	2º Trim.					Acumulado				
	2017		2018		Var (%)	2017		2018		Var (%)
	R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%	
Receitas correntes	5.614.091	91,0	5.598.402	89,8	-0,3	11.216.713	92,2	11.387.851	91,2	1,5
Receita tributária	3.109.956	50,4	3.081.398	49,4	-0,9	6.246.398	51,3	6.375.316	51,0	2,1
Transferências correntes	1.970.706	31,9	2.083.028	33,4	5,7	4.075.239	33,5	4.208.432	33,7	3,3
Outras receitas correntes	533.429	8,6	433.975	7,0	-18,6	895.076	7,4	804.104	6,4	-10,2
Receitas de Capital	254.518	4,1	275.470	4,4	8,2	395.312	3,2	481.140	3,9	21,7
Operações de crédito	180.797	2,9	177.812	2,9	-1,7	272.406	2,2	341.528	2,7	25,4
Outras receitas de capital	73.722	1,2	97.658	1,6	32,5	122.906	1,0	139.612	1,1	13,6
Receitas Intraorçamentárias	299.806	4,9	362.565	5,8	20,9	553.716	4,6	623.064	5,0	12,5
Total Geral	6.168.416	100,0	6.236.437	100,0	1,1	12.165.741	100,0	12.492.055	100,0	2,7
Receita Corrente Líquida	4.679.365	75,9	4.541.986	72,8	-2,9	9.281.417	76,3	9.219.977	73,8	-0,7

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Obs.: Corrigido pela média do IPCA do segundo trimestre.

É possível elencar dois fatores que contribuíram para a redução das “Receitas Correntes” no segundo trimestre de 2018, comparativamente a idêntico período do ano anterior. O primeiro refere-se ao fato de que, em junho de 2017, ter sido lançado um programa de refinanciamento de dívidas (REFIS), que permitiu que contribuintes pagassem dívidas tributárias (ICMS e IPVA) em atraso e a recuperação de débitos da Dívida Ativa estadual (Outras Receitas Correntes).

O segundo fato foi a greve nacional dos caminhoneiros, deflagrada em maio de 2018, que teve significativos impactos na atividade econômica local e, conseqüentemente, na arrecadação tributária do mês de junho³.

³ A arrecadação de ICMS, por exemplo, no mês de junho é referente a fatos geradores no mês de maio.

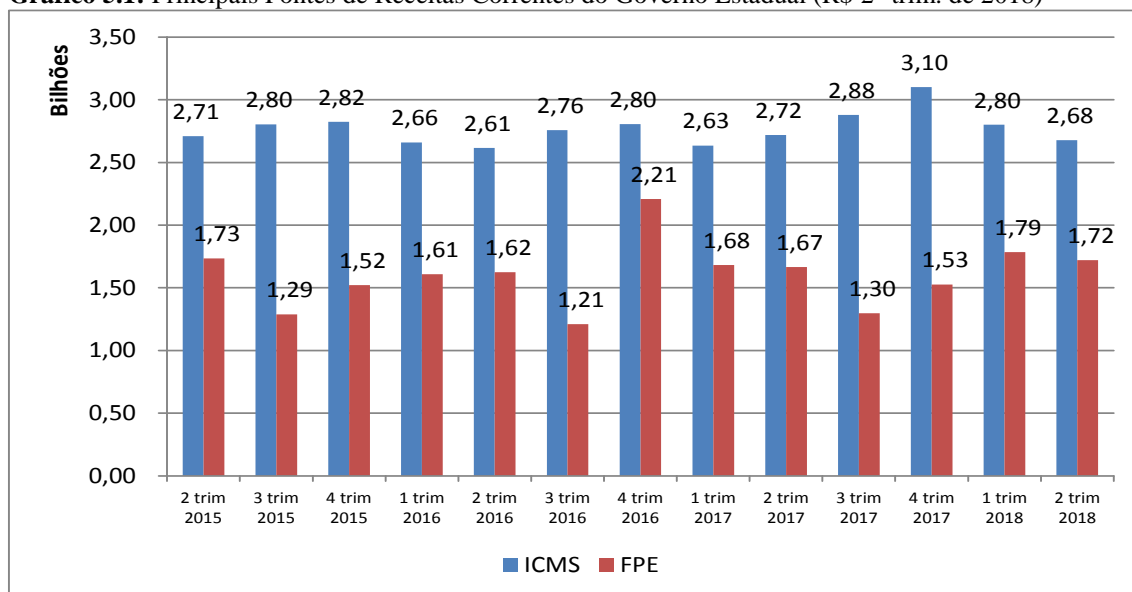
Quanto as “Transferências Correntes”, cujo principal componente são os recursos do FPE (Fundo de Participação dos Estados), constata-se que, no segundo trimestre, houve um crescimento de 5,7% e, no acumulado do ano, de 3,3%. Destaque-se que esse desempenho é uma consequência direta do aumento da arrecadação do Governo Federal que, segundo dados da Receita Federal, cresceu 6,05% no primeiro trimestre de 2018⁴.

Quanto as “Receitas de Capital”, constata-se o crescimento, no segundo trimestre, de 8,2% dessa rubrica, sendo esse desempenho devido ao significativo crescimento das Transferências de Capital para o Governo do Estado do Ceará. Se a comparação for no acumulado do primeiro semestre constata-se o crescimento das “Receitas de Capital”, dado o incremento das “Operações de Crédito” no período em análise.

Um último ponto a ser destacado, quanto ao comportamento das receitas, é a queda de 2,9% das “Receitas Correntes Líquidas” entre o segundo bimestre de 2018 e idêntico período do ano anterior. No acumulado do ano também se verifica, embora em menor proporção, redução da RCL em 2018. Essa redução da RCL, entre outros motivos, decorre das deduções das receitas correntes, especificamente das Transferências Constitucionais para os municípios e das contribuições para o plano previdenciário dos servidores públicos estaduais.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão às receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores e comportamento dos repasses são apresentados no Gráfico 5.1. Como pode ser observado as receitas de ICMS, no segundo trimestre de 2018, foram 1,4% inferiores as observadas um ano antes. Como já mencionado, parte desse desempenho deve-se ao REFIS que foi lançado em junho de 2017 e a paralisação nacional dos caminhoneiros em maio de 2018.

⁴ Ver <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2018/junho2018/analise-mensal-jun-2018.pdf>.

Gráfico 5.1: Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual (R\$ 2º trim. de 2018)

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Com relação ao FPE, o segundo trimestre de 2018 apresentou um crescimento de 3,4%, relativamente ao segundo trimestre de 2017, registra-se, portanto, um crescimento das receitas transferidas no primeiro semestre de 2017, comparativamente ao ano anterior.

Observando-se o comportamento das despesas do Governo Estadual, é possível constatar, na Tabela 5.2, que as “Despesas Correntes” cresceram de forma significativa no segundo trimestre de 2018, tendo como referência igual período do ano anterior. Destaque-se que, tanto na comparação trimestral como no acumulado do ano houve crescimento nas três rubricas que compõem as “Despesas Correntes”. Chama atenção ainda o fato das despesas correntes estarem crescendo mais do que as “Receitas Correntes” e a “Receita Corrente Líquida”, sendo essa trajetória insustentável no longo prazo.

Tabela 5.2: Despesas do Governo Estadual no Segundo trimestre de 2017 e 2018 (R\$1.000,00 de 2º trim. 2018)

Descrição	2º trim.					Acumulado				
	2017		2018		Var (%)	2017		2018		Var (%)
	R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%	
Despesas correntes	5.294.896	87,3	5.705.694	85,2	7,8	9.985.050	88,6	10.520.327	87,1	5,4
Pessoal e encargos sociais	2.727.871	45,0	2.824.938	42,2	3,6	5.258.365	46,7	5.510.869	45,6	4,8
Juros e encargos da dívida	95.920	1,6	152.907	2,3	59,4	215.208	1,9	259.008	2,1	20,4
Outras despesas correntes	2.471.105	40,8	2.727.849	40,7	10,4	4.511.477	40,0	4.750.450	39,3	5,3
Despesas de capital	767.969	12,7	990.231	14,8	28,9	1.281.078	11,4	1.552.306	12,9	21,2
Investimentos	484.240	8,0	717.429	10,7	48,2	788.226	7,0	1.034.385	8,6	31,2
Amortizações	227.514	3,8	223.324	3,3	-1,8	424.939	3,8	420.606	3,5	-1,0
Inversões financeiras	56.215	0,9	49.478	0,7	-12,0	67.913	0,6	97.315	0,8	43,3
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral	6.062.865	100,0	6.695.926	100,0	10,4	11.266.128	100,0	12.072.633	100,0	7,2

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Obs: Corrigido pela média do IPCA do segundo trimestre.

As “Despesas de Capital” também apresentam, tanto na comparação trimestral como no acumulado do ano, crescimento significativo, superando os 20% em ambos os períodos. O Desempenho da despesa com “Investimentos” é a principal causa deste incremento. Interessante observar que dado que a “Receita Corrente Líquida” do Estado decresceu e as “Operações de Crédito” aumentaram, no acumulado de 2018, pode-se supor que o maior volume de “Investimentos” está sendo financiado por capital de terceiros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da economia mundial para o ano de 2018 apresenta uma estimativa de 3,9%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do World Economic Outlook Update de abril de 2018. Essa estimativa vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, com destaque para a economia americana, dado a atual política fiscal expansionista associada a um mercado de trabalho em pleno emprego.

Na economia nacional, no segundo trimestre de 2018, o PIB do Brasil registrou crescimento de 1,0% em relação ao segundo trimestre de 2017. No resultado do acumulado do ano, referente ao primeiro semestre de 2018, em comparação com o primeiro semestre de 2017, verifica-se um crescimento de 1,1%. Em relação ao acumulado nos últimos quatro trimestres, registra-se um crescimento de 1,4%.

Com relação à economia cearense, no segundo trimestre de 2018 com relação ao mesmo período de 2017, a economia cearense apresentou um crescimento de 0,17%. (Tabela 2.1). No resultado do acumulado do ano, no qual refere-se ao primeiro semestre de 2018, observa-se um crescimento de 0,83%, enquanto que no acumulado de últimos quatro trimestres verifica-se um crescimento de 2,18%.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do segundo trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017, a Agropecuária apresentou uma queda crescimento de 11,20%, sendo explicado principalmente pela alta base de comparação registrada no segundo trimestre de 2017 (56,44%). Para o mesmo período de análise, a Indústria apresentou uma queda de 1,97%, enquanto que o setor de serviços foi o destaque com um crescimento de 1,89%.

No setor agropecuário, as atividades agrícolas apresentam boas expectativas para o ano de 2018, conforme dados da LSPA, porém as atividades pecuárias, a destacar bovino e galináceos, indicam quedas, arrefecendo assim o desempenho do setor agropecuário para o ano. Para o segundo trimestre de 2018 o resultado do setor agropecuário ainda apresentou-se com leve queda, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Para a indústria, o ano de 2018 se iniciou mantendo os resultados positivos dos últimos períodos. Os números reforçavam, ainda no primeiro trimestre, a percepção de uma retomada mais robusta e o início de um novo ciclo de expansão.

O desempenho até então se caracterizava por uma retomada cíclica após um longo período de quedas na atividade, uma sequência de trimestres com resultados positivos e um desempenho mensal estável e um crescimento disseminado pela quase totalidade dos setores industriais. Tais características conferiam estabilidade e consistência ao movimento de

recuperação. Por outro lado, algumas incertezas se faziam presentes e com o poder de modificar a dinâmica de recuperação. A preservação de um ambiente macroeconômico favorável e incertezas ligadas ao ambiente político se colocavam como as principais dúvidas.

Entretanto, nos meses de maio e junho, a greve dos caminhoneiros promoveu uma alteração profunda na dinâmica da produção no Brasil e mais fortemente no Ceará. Em nível local, a base de comparação relativamente mais elevada intensificou os efeitos perversos da paralisação. Neste cenário, é preciso aguardar para se perceber com mais clareza o que deve prevalecer para os próximos períodos, se o movimento estável e consistente delineado até então ou o ambiente de reversão das expectativas e maiores incertezas quanto à economia nacional pode ter se instalado após a ocorrência da greve.

De todo modo, a despeito da greve, a oscilação apresentada pela indústria e por algumas atividades importantes, algo não percebido até então, pode sinalizar uma arrefecimento do movimento de recuperação esperado. A própria influência da base de comparação neste momento pode estar a indicar uma perda de ritmo. Mas, como destacado, qualquer sentença agora se mostra prematura e é preciso aguardar os próximos resultados.

Na atividade de serviços, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE revelam que os serviços empresariais não-financeiros segue novamente com desempenho negativo ao registrar queda de 9,2% no segundo trimestre do ano de 2018 comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando a estagnação no primeiro trimestre de 2016, essa queda representa a décima quarta seguida a partir de uma comparação com relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Destaca-se também que desde o quarto trimestre de 2014, quando houve crescimento de 5,9%, que os serviços empresariais não-financeiros da PMS não registra desempenho positivo.

No tocante ao varejo comum cearense, este registrou crescimento trimestral pela quarta vez consecutiva, com trajetória ascendente dessa taxa conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE. No primeiro trimestre de 2018, o varejo local apresentou crescimento de 3,5%, repetindo esse desempenho no segundo trimestre do mesmo ano, ambos comparados ao mesmo período do ano anterior.

Em relação as vendas do varejo ampliado, que inclui também as vendas de veículos e de materiais de construção, as vendas do país revelaram-se ainda mais robustas, com variações positivas de 6,9% e 4,7% para os dois primeiros trimestres do ano. O varejo ampliado cearense também registrou duas altas trimestrais consecutivas de 4,4% e 3,9%,

revelando uma recuperação consistente frente ao desempenho apresentado em igual período do ano passado.

No âmbito do mercado de trabalho, dados da PNADC Contínua revelam que após ter atingido a máxima na série histórica no primeiro trimestre de 2017, a Taxa de Desocupação do Ceará e do Brasil seguiram uma tendência declinante ao longo de 2017, principalmente no estado. No primeiro trimestre do ano o desemprego no Ceará, em razão de fatores sazonais, voltou a subir, vindo a recuar novamente neste segundo trimestre de 2018.

É importante também observar que o desemprego ainda encontra-se em patamares elevados. Por outro lado, o influxo de pessoas de Fora da Força de Trabalho para dentro da Força de Trabalho também tem pressionado a Taxa de Desocupação não permitindo, assim, uma queda mais intensa do desemprego no estado.

Com relação aos postos de trabalho celetista, dados da CAGED do Ministério do Trabalho revelam que o estado do Ceará apresentou um comportamento de recuperação no mercado formal de trabalho, ao gerar vagas tanto no acumulado do primeiro trimestre de 2018 (3.363 vagas), e mais ainda no acumulado do segundo trimestre do ano (6.230 vagas), revelando uma dinâmica de criação mais robusta no último período.

No comércio exterior, a pauta de exportação cearense no segundo trimestre de 2018 continuou sendo liderada pelos *produtos metalúrgicos*, participando com 60,32% do valor total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ de 323,6 milhões. Em comparação com o mesmo período de 2017, houve crescimento de 51,3% do valor exportado desse segmento. *Calçados e suas partes* ocuparam o segundo lugar, com valor de US\$ 62,2 milhões, participando com 11,61% do total exportado no período.

Nas importações, o segundo trimestre de 2018 concentrou-se na compra de *combustíveis minerais* e outros derivados, com participação de 43,36%. Dentro desse grupo destaca-se a importação de *Hulha betuminosa* que representou 58,46% do total do grupo e *Outras gasolinas*, que representou 13,32% do grupo. *Produtos da indústria química* foi o segundo segmento de maior valor importado no segundo trimestre, com valor de US\$ 74,3 milhões, com um aumento de 68,8% das importações desse grupo comparado ao segundo trimestre de 2017.

Finalmente, no aspecto das finanças públicas estaduais, as receitas de ICMS, no segundo trimestre de 2018, foram 1,4% inferiores as observadas um ano antes. Parte desse desempenho deve-se ao REFIS que foi lançado em junho de 2017 e a paralisação nacional dos caminhoneiros em maio de 2018. Destaque-se que, tanto na comparação trimestral como no acumulado do ano houve crescimento nas três rubricas que compõem as “Despesas

Correntes”. Chama atenção ainda o fato das despesas correntes estarem crescendo mais do que as “Receitas Correntes” e a “Receita Corrente Líquida”, sendo essa trajetória insustentável no longo prazo.